

## Transcrição da 428ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

1  
2  
3 **00:02:20 Anselmo Guimarães (Sec. executivo):** Bom dia, senhor presidente, conselheiros e  
4 conselheiras, demais amigos que nos acompanham aqui, presencialmente ou pela internet. Tendo  
5 sido verificado o quórum, declaro abertos os trabalhos da 428ª Reunião Ordinária do Plenário do  
6 CONSEMA, que tem a pauta conhecida encaminhada a todos no prazo regimental. Informo a todos  
7 os presentes que a reunião está sendo transmitida no YouTube, pela página “@semilsp”. A presente  
8 reunião ocorre na sala de reuniões do conselho plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também  
9 por meio virtual, através de videoconferência pela plataforma *Microsoft Teams*. Agradeço então  
10 pela presença de todos e todas, tanto virtual quanto presencial. Nós vamos passar agora ao  
11 expediente preliminar. Em continuidade, vamos passar a aprovação da ata da 427ª Reunião  
12 Ordinária do Plenário, que foi distribuída no prazo regimental a todos os senhores conselheiros,  
13 razão pela qual peço ao plenário que se dispense a leitura, fica, portanto, aprovada a ata pela  
14 presidência. Vamos passar agora as comunicações da presidência e da Secretaria executiva. Antes,  
15 senhor presidente, gostaria apenas de fazer alguns informes rápidos. Queria convidar a todos os  
16 conselheiros e toda a sociedade para participar das próximas audiências públicas convocadas pelo  
17 CONSEMA. No dia 30 de novembro, que vai discutir o Eia Rima do empreendimento Loteamento  
18 Parque das Nações, em Ribeirão Preto. E no dia cinco de dezembro a audiência pública sobre o Eia  
19 Rima do empreendimento Extração de dolomito, quartzito e filito, em Santana de Parnaíba, todas  
20 com início às 17 horas. E, para consultar o edital de convocação, informações para participação,  
21 solicitamos que acessem a página eletrônica [www.semil.sp.gov.br/consema](http://www.semil.sp.gov.br/consema), lá tem todas as  
22 informações para participação das audiências públicas. Com isso, agora anuncio com a palavra, o  
23 senhor presidente, hoje em exercício do CONSEMA, o subsecretário de meio ambiente, doutor  
24 Jonatas Souza da Trindade para fazer seus informes. Muito bom dia, senhor presidente.

25  
26 **00:03:08 Jonatas Souza da Trindade:** Bom dia a todos. Vou passar alguns informes rápidos do  
27 que tem ocorrido aqui na Secretaria, em especial do que a gente tem trabalhado com foco,  
28 principalmente em educação ambiental, que eu acho que tem que ser algo que tem que ser  
29 trabalhado, e cada vez mais divulgado. Por exemplo, teve o Educa Trilha na Escola, para uma  
30 formação ambiental de professores de Piracicaba. As disciplinas eletivas de educação ambiental já  
31 alcançaram mais de sete mil alunos. Enxergo o trabalho da equipe da educação ambiental que tem  
32 sido muito forte, com o apoio de todos. Outro investimento, um investimento muito bom que a gente  
33 fez uma entrega na semana passada na infraestrutura do Parque Estadual Jequitibá. Sugiro a todos  
34 que procurem o parque, o parque está muito bonito. É um parque para contemplação, vale a pena  
35 conhecer e visitar, e é relativamente próximo. Projeto que remunera serviços ambientais recupera  
36 quase mil hectares no âmbito do projeto financiado pelo Fundo Global de Meio Ambiente, e foi  
37 alcançado o resultado de mil hectares do Bioma Mata Atlântica. O Certas (Centro de Triagem e  
38 Recuperação de Animais Silvestres) de São Paulo já recebeu mais de cinco mil animais resgatados  
39 do tráfego, os números de 2023 reforça a importância da fiscalização ambiental em rodovias. E aí a  
40 gente tem um trabalho sendo desenvolvido para melhoria do resultado em relação a essa  
41 fiscalização. PSA Guardiões da Floresta preserva e dissemina conhecimento indígena, a importância  
42 do trabalho do PSA para ações dos Guardiões da Floresta. PSA Mar Sem Lixo avança para mais  
43 três cidades do litoral, que eu acho que vale a pena também o Rodrigo falar um pouquinho. Outro

44 ponto que é importante, que eu peço para a Marina falar, é em relação à questão do Gerenciamento  
45 Costeiro do Litoral Norte, da Baixada Santista, a eleição de novos membros do Gerco. Um que já  
46 foi comentado na última reunião da Fundação Florestal finaliza Estudo de Impacto Ambiental para  
47 novo acesso à Bombas, no Petar, que já foi entregue e apresentado à Cetesb e está em análise. Em  
48 relação a logística, o que a gente pode destacar, a travessia Grajaú-Bororé ganha nova balsa com  
49 capacidade ampliada. Restaurada a Ponte Pênsil, de São Vicente, e que mantém o charme e a  
50 funcionalidade da ponte. Simulação de emergência no Porto de São Sebastião. Tem proteção às  
51 áreas costeiras, com olhar em especial às áreas costeiras, eles fizeram um simulado em decorrência  
52 do Licenciamento Ambiental. Universaliza SP, 109 municípios aderem ao programa. Billings que é  
53 uma fonte de água, agora também passa a gerar energia solar. E mais recentemente também, as  
54 inscrições de intercâmbio de São Paulo-Aichi foram encerradas também recentemente, com adesão  
55 boa. Basicamente são esses os comunicados que a gente passa para vocês, que são relevantes e tem  
56 fortalecido a agenda ambiental no Estado de São Paulo.

57  
58 **00:07:00 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, senhor subsecretário. Vamos passar agora aos 30  
59 minutos de fala dividido entre os conselheiros para tratativas de assuntos de interesse geral. Gostaria  
60 de informar que já temos inscritos, a conselheira Tami Albuquerque, do Instituto Argonautas, já  
61 informou previamente que gostaria de registrar, e vai ceder o uso da palavra para o conselheiro que  
62 também solicitou o tempo, conselheiro Andrés Vernet, da entidade Ecophalt. Gostaria de solicitar  
63 aos conselheiros que informassem quem vai fazer o uso da palavra. Conselheiro Fernando Prioste,  
64 conselheira Marina, conselheiro Beloyanis. Vou olhar aqui na videoconferência se alguém mais  
65 gostaria de se inscrever para fazer o uso da palavra. Estou só lendo os nomes, então conselheira  
66 Tami Albuquerque, conselheiro Andrés Vernet, conselheiro Fernando Prioste, conselheiro  
67 Beloyanis Monteiro e conselheira Marina Balestero e conselheiro Rodrigo Levkovicz. São seis  
68 inscritos, cinco minutos para cada um. Então vou chamar inicialmente aqui conselheira Tami  
69 Albuquerque, não sei se quer fazer alguma consideração antes de passar a palavra para o conselheiro  
70 Andrés, são cinco minutos, mais cinco, composição de 10 minutos para ambos.

71  
72 **00:08:31 Tami Albuquerque (Instituto Argonautas):** Oi, pessoal, bom dia. Só agradecer mesmo  
73 a oportunidade, e falar aqui que nossa função também é essa de oferecer para o restante da sociedade  
74 civil a palavra dentro da reunião. Então é isso, Andrés, pode falar.

75  
76 **00:08:49 Andrés Vernet:** Ok, muito obrigado, Tami. Obrigado, Anselmo. Eu queria fazer  
77 primeiramente uma solicitação ao senhor Thomaz, da Cetesb. Queria voltar ao assunto referente à  
78 resposta dos nossos ofícios, que tem alguns que estão em atraso, em especial um que nós fizemos  
79 desde julho de 2022, a Cetesb responde, mas não vem o devido detalhamento de cada caso.  
80 Inclusive, a última solicitação que nós fizemos em julho e a Cetesb diz que o documento vem em  
81 anexo, mas não veio em anexo nenhum documento que a gente possa analisar a resposta.  
82 Especialmente esse caso é um caso da Abihpec (Associação Brasileira da Indústria de Higiene  
83 Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, é um termo de compromisso com a Abihpec referente a Bipla,  
84 produtos de limpeza. Este é o termo de compromisso que tem o menor número de empresas  
85 aderentes. Ela tem 30 CNPJ com 11 empresas apenas aderentes ao termo de compromisso. Eu acho  
86 que o estado de São Paulo merece algo muito melhor, inclusive ele está vencido hoje, ele venceu

87 em outubro de 2022 e até o momento não temos essa renovação junto ao site da Cetesb. E dessas  
88 cobranças que nós fizemos, tem várias, inclusive, uma fábrica de leite famosa, uma fábrica de leite  
89 tipo A sem licenciamento, uma fábrica de chocolate de 6 mil metros quadrados em São Paulo,  
90 famosa também que tem em todos os shoppings sem licença ambiental. Então, a gente queria cobrar  
91 uma urgência na resposta por parte da Cetesb. Então, ok, muito obrigado, eu passo a palavra então  
92 para o senhor Marcelo, da Cooperben do Guarujá. Por favor, Marcelo, a palavra é sua.

93

94 **00:10:52 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Já tinha informado previamente. Por favor,  
95 Marcelo.

96

97 **00:10:56 Marcelo Mello (Cooperben - Guarujá):** Meu nome é Marcelo Mello, sou presidente da  
98 cooperativa Cooperben aqui na cidade do Guarujá. Como o Andrés comentou, há um alguns meses  
99 atrás, mais precisamente no ano passado, nós vimos um edital que falava a respeito de um programa  
100 ou de um projeto de educação ambiental e coleta seletiva no litoral paulista. E aí nós fizemos  
101 algumas considerações, porque o edital não contemplava a remuneração pelo serviço de coleta  
102 seletiva, e o que foi nos informado é que uma empresa ganhou esse edital, e que ela teria também o  
103 compromisso de dialogar com as cooperativas. Isso até hoje não aconteceu e eu posso afirmar que,  
104 com a Cooperben nós nunca fomos procurados por essa empresa que ganhou esse edital. Mas o que  
105 nos preocupa e traz para reflexão, quando a gente tem os acordos setoriais, e eu acho que aí é um  
106 ponto que depois precisa ser discutido até pelos conselheiros, que é a questão da logística reversa.  
107 A gente tem os acordos setoriais que as cooperativas são probatórias dentro deste acordo, e as  
108 prefeituras são autodeclaratórias. E nós, especificamente na cidade do Guarujá, temos um grande  
109 problema que foi assinado um acordo onde o município do Guarujá deveria, entre outras coisas,  
110 entregar equipamentos de infraestrutura para a cooperativa. Esse termo foi assinado em 2014. Ele,  
111 hoje ainda está em vigor e até hoje nós não recebemos esses equipamentos. E aí eu deixo para  
112 reflexão, quem é que faria acordos setoriais assinados ou simplesmente, só feito vistas. E aí a gente  
113 volta no — (00:13:05) da Baixada Santista, existem programas de coleta seletiva municipal. Se  
114 existem cooperativas de catadores nessas cidades, maioria delas com a inclusão dos catadores,  
115 porque uma empresa teria interesse de participar de um edital e ter para remuneração... (00:13:24)  
116 E aí a primeira pergunta: se o projeto de educação ambiental e muita gente só fala... (00:13:30) O  
117 resultado de uma boa educação ambiental é você ter um volume de material muito grande. Não quer  
118 dizer que a conta feche. Aí essas entidades procuram as cooperativas de catadores, acreditando que  
119 elas são remuneradas, ou pelo estado ou pelo acordo setorial, e isso não ocorre. Porém, o que a gente  
120 vê, a partir do momento que as empresas têm esses contratos ou esses projetos que eles  
121 desenvolvem, eles conseguem na indústria ou na iniciativa privada por uma ineficiência dos  
122 municípios para poder contemplar esses volumes necessários para atingir as metas, como o próprio  
123 Andrés colocou. Nós temos um número muito pequeno de indústrias que aderem esses acordos  
124 setoriais, então é meio que uma máscara que vai acontecendo e todo mundo finge que está vendo.  
125 E aí eu coloco, por exemplo, o que o estado de São Paulo está fazendo para, de fato, fiscalizar os  
126 volumes de materiais vindo das cooperativas de catadores? Sendo que ainda tem um incentivo, tem  
127 o Município VerdeAzul, tem o ICMS Ecológico, mas, de fato, aquilo que as prefeituras falam é: o  
128 que de fato está sendo fiscalizado por parte do poder público? Então, as cooperativas entregam seus  
129 volumes de materiais para os acordos setoriais, para as prefeituras, isso chega ao estado de São

130 Paulo, geram volumes, geram indicadores, mas de fato, o que está acontecendo com as cooperativas  
131 de catadores? A gente quase não tem investimento nas cooperativas, ou por parte da iniciativa  
132 privada, ou por parte do Estado. E isso está deixando fragilizado esse sistema que não podemos  
133 esquecer que o que baliza tudo isso que nós estamos falando é a Política Nacional de Resíduos  
134 Sólidos. Que o estado de São Paulo é vanguardista, que os municípios, eu garanto, da Baixada  
135 Santista, todos têm os seus planos municipais que contêm o apoio financeiro, de infraestrutura,  
136 equipamento, de logística. As cooperativas legalmente constituídas, ou as que vieram a ser, isto, a  
137 gente, de uma falha muito grande do poder público, da maioria dos municípios, salvo algumas  
138 exceções, então, o que é que acaba acontecendo? O que é que nós estamos vendo? Se vem um  
139 projeto de coleta seletiva como tal, este material não virá para as cooperativas. E aí eu vou até abrir  
140 um... Santos e Guarujá tem um projeto hoje, ou melhor, tem ações de coleta de vidro com a  
141 MassFix, que vem, coloca os coletores em cima de um projeto e leva esse material para a indústria  
142 de reciclagem, não passa pelos catadores. O acordo setorial preconiza que esse material passe pelas  
143 cooperativas de catadores desde que o município tenha no município. Então por que não passa por  
144 nós? Mas esse volume de material quando chega na MassFix, é emitido um documento para a  
145 municipalidade, que tem orgulho de dizer que aumentou em 50, 70% o volume de material  
146 completado de vidro nesses pontos de coleta. Aí eu pergunto: onde estão instalados esses pontos de  
147 coleta? A maioria deles próximos a bares e restaurantes e grandes geradores, e isto também não está  
148 posto na política municipal, tem que ser contemplado esse tipo de equipamento público próximo a  
149 esses estabelecimentos. “Ah, próximo não é no lugar”. Sim, então porque não coloca nos bairros,  
150 não um ou outro? Por que não passa pelas cooperativas? Por que que esses números, quando  
151 chegam, a municipalidade coloca dentro dos indicadores para dizer que atingiu as metas? O quanto  
152 está sendo investido nas cooperativas de catadores para melhorar a coleta, a eficiência, a educação  
153 ambiental, a destinação correta da maioria dos materiais? Isso a gente precisa trazer para discussão,  
154 e esse edital, quando foi colocado lá atrás, a gente já mencionava isso. Quer dizer, tudo pode ser  
155 pago no edital, menos a coleta, que é o nosso trabalho. Então, o nosso trabalho, ele sempre fica de  
156 fora disso. E aqui, quando o Bruno Covas era secretário do verde, por um chamamento das  
157 cooperativas de catadores para receberem recursos e aportes de equipamentos para melhorar a coleta  
158 seletiva. Isso nunca saiu daquela reunião. E os municípios solicitaram que o recurso para isso fosse  
159 investido na revisão do plano .... Então, para não me alongar, eu acho que isso precisa realmente  
160 ser melhor tratado.

161  
162 **00:18:34 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela participação, já foi esgotado, então, os  
163 tempos. Muito obrigado. Seja sempre bem-vindo, Marcelo aqui novamente conosco aqui no plenário  
164 do CONSEMA. Gostaria de chamar agora para fazer uso da palavra, antes de mais nada, só informar  
165 que o conselheiro Roberto Resende também solicitou a palavra. Com isso a gente precisa readequar  
166 um pouquinho os tempos de fala, de cinco minutos vamos reduzir para quatro minutos e trinta,  
167 vamos dizer assim. Então reduz um pouquinho. Vou passar então para o conselheiro Beloyanis  
168 Monteiro e na sequência, conselheiro Fernando Prioste.

169  
170 **00:19:10 Beloyanis Monteiro:** Bom dia a todos. Eu quero aproveitar esse momento para falar,  
171 divulgar uma ação da SOS. Nós agora estamos finalizando um projeto chamado Planos da Mata,  
172 que foi em parceria com a Suzano, foi elaboração dos planos municipais no estado de São Paulo,

173 alguns municípios do Estado de São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Em São Paulo  
174 foram 14 municípios do Vale do Paraíba, sendo 13 que já foram aprovados e um que é de São Luís  
175 do Paraitinga, ainda está com problema de conselho. Eu queria aproveitar esse momento, secretário,  
176 para reforçar que a Secretaria estimulasse os municípios. A gente sabe muito bem que o plano  
177 municipal ele depende de um fundo de restauração florestal, que consta na Lei da Mata Atlântica,  
178 para o município que elaborar o plano ele acessar o fundo. Só que, como não existe o fundo, a coisa  
179 já fica mais complicada. Eu acho que existe exemplo do Rio de Janeiro que a gente também pode  
180 mirar nesses exemplos para a gente trazer para São Paulo, que São Paulo sempre foi pioneiro. Eu  
181 acho que se a gente fala de restauração, de proteção da Mata Atlântica, o Plano Municipal de Mata  
182 Atlântica é uma ferramenta importantíssima, e os gestores municipais, eles só vão se mexer, e a  
183 cereja do bolo é o fundo, se a gente tiver o fundo. Se a gente não conseguir o fundo nacional, que  
184 São Paulo crie um fundo, porque o nosso estado tem uma capacidade de ter um fundo para estimular  
185 os municípios para elaborar o plano. Eu acho que nós fomos pioneiros nesta política ambiental e eu  
186 acho que o plano municipal pode ser, a gente pode liderar esse processo. Então a gente está  
187 terminando, depois eu vou compartilhar com o Anselmo os municípios que já elaboraram os planos  
188 e já foram aprovados, até a gente fazer, a minha sugestão é que a gente faça uma fala, trazer alguns  
189 representantes aqui para falar sobre os planos municipais do estado de São Paulo, acho que é  
190 importante a gente valorizar e estimular para que o município realmente faça o segundo passo, que  
191 é implementar as metas do Plano Municipal de Mata Atlântica. Então o meu reforço é esse, falar  
192 desse desafio de elaborar os planos nesses estados, principalmente em São Paulo, e contar com a  
193 colaboração para que a gente possa estimular essa política. E agora eu quero passar aqui para o meu  
194 parceiro aqui.

195  
196 **00:22:11 Fernando Prioste:** Bom dia, senhoras e senhores. O dia 20 de novembro faz referência  
197 as lutas negras por liberdade e justiça, lembrando o assassinato de Zumbi dos Palmares, que, como  
198 a Akotirene, ousaram se levantar contra a escravidão no Brasil. Por isso foram brutalmente  
199 assassinados pelo Bandeirante Paulista Borba Gato, aquele da estátua em Santo Amaro. E passados  
200 135 anos da abolição formal e inconclusa da escravidão no Brasil, ainda é preciso rememorar que o  
201 trabalho escravo enriqueceu o estado de São Paulo e as elites agrárias paulistas. A distribuição  
202 geográfica da escravização negra acompanhou a própria expansão do complexo agro-exportador no  
203 estado de São Paulo. Em 1888, das 107.329 pessoas formalmente escravizadas no estado de São  
204 Paulo, 20% da população naquele momento, 89% eram aviltados e explorados na agricultura. Mas  
205 a escravização não ocorreu apenas pelo agro. O próprio estado de São Paulo detinha os chamados  
206 escravos públicos, um exemplo é a fábrica de ferro de Ipanema, localizada em Iperó, região de  
207 Sorocaba, onde em 1855 haviam 155 pessoas negras escravizadas, sendo 74 homens e 81 mulheres.  
208 Apesar de enriquecidas com a exploração da escravidão, as elites agrárias paulistas adotaram a  
209 política do branqueamento da população como fator de suposto desenvolvimento. Ao tempo em que  
210 essa elite relacionava, em um suposto cientificismo, a negritude, a características como falta de  
211 saúde, preguiça e criminalidade, fomentava a vinda de trabalhadores brancos, livres, europeus para  
212 substituir a mão de obra escrava. As políticas públicas paulistas de branqueamento da população  
213 envolveram incentivo à vinda de imigrantes brancos, fornecendo imigração subsidiada, transporte,  
214 alimentação, moradia, contrato de trabalho com alguns direitos e acesso à terra. A preocupação das  
215 elites agrárias nunca foi com o futuro do país, mas com a continuidade dos ganhos e dos privilégios.

216 Diante da inevitável abolição da escravidão, Andrade Figueroa, deputado do Rio de Janeiro e doutor  
217 em direito pela USP, votou contra a Lei Áurea, assim se justificou, “hoje o escravo representa para  
218 o proprietário não só o braço, mas também o capital, capital flutuante, porque ele custou dinheiro.  
219 Aniquilando este duplo elemento de produção, qual é o capital disponível que resta às grandes  
220 maiorias dos nossos lavradores para saciar o trabalho livre? Quais são os estabelecimentos de crédito  
221 criados para vir-lhes em auxílio?” Não bastou enriquecer com o sofrimento alheio as elites agrárias  
222 queriam mais, queriam receber políticas públicas para continuarem ricas após a abolição. E a  
223 população negra, a cada dia 20 de novembro é preciso destacar que a mentalidade senhorial não  
224 deixou o espírito das elites econômicas brancas paulistas, e isso se reflete em números e em  
225 comportamentos relacionados com a efetivação de direitos territoriais nas comunidades  
226 quilombolas. São 63 comunidades quilombolas no estado de São Paulo. O estado só reconhece como  
227 existentes 36 dessas 63, apenas duas totalmente tituladas, Ivaporunduva e São Pedro, outras sete  
228 parcialmente tituladas. E outras 15 comunidades quilombolas estão sobre terras públicas ou sobre  
229 terras ainda não discriminadas que, no século 21, o estado de São Paulo não sabe a quem pertence.  
230 E das que receberam a titulação, cinco receberam, em 1998, e outras quatro em 2021. A seguir esse  
231 ritmo de titular integralmente duas comunidades quilombolas a cada 26 anos, que é o marco da Lei  
232 Paulista, serão necessários 190 anos para titular todas as comunidades quilombolas, tratando apenas  
233 da sobreposta às terras públicas, que são poucas. E nesse contexto, o estado de São Paulo se esforça  
234 para repassar a pessoas não quilombolas terras públicas com fundamento na lei 17.557. Só neste  
235 ano foram entregues 37 escrituras para médios e grandes fazendeiros no Pontal do Paranapanema.  
236 Com isso e aí finalizo, constata-se, senhoras e senhores, que não há um mínimo planejamento do  
237 estado de São Paulo para titular todos os quilombos que estão em terras públicas estaduais. Os  
238 procedimentos de titulação são morosos e não são transparentes. As comunidades sequer têm acesso,  
239 conselheiro Smolentzov, aos procedimentos administrativos de titulação. Eu sou testemunha disso,  
240 tem comunidade que está há seis meses pedindo e não teve acesso. E desde que o Itesp (Fundação  
241 Instituto de Terras do Estado de São Paulo) foi para a agricultura, que é o órgão responsável pela  
242 regularização fundiária, as comunidades ainda não conseguiram um diálogo com o secretário.  
243 Diante deste contexto, eu peço a cada um e a cada uma aqui presente que, no âmbito das suas  
244 possibilidades e atribuições, atue para superar o racismo e viabilizar o que é de direito para as  
245 comunidades quilombolas. As comunidades precisam desse apoio, a superação do racismo se dará  
246 com o apoio também da população branca, e peço gentilmente à conselheira Cristina que leve o  
247 senhor secretário de agricultura essa mensagem, diga a ele, por favor, que é preciso cumprir as leis  
248 e a Constituição. É preciso agir com máxima urgência para titular os territórios em São Paulo, e a  
249 SEMIL e a Fundação Florestal, com dois assentos no conselho curador do Itesp, também tem essa  
250 missão. Senhoras e senhores, esse contexto dói na minha alma. Penso que deve doer em cada coração  
251 aqui presente, porque não reconhecer essa necessidade de justiça, na minha forma de ver, com todo  
252 o respeito, é estar morto em vida.

253

254 **00:27:42 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Fernando Prioste. Gostaria de  
255 convidar o conselheiro Roberto Resende para fazer uso da palavra.

256

257 **00:27:49 Roberto Resende:** Bom dia a todos. É um informe rápido, sobre o projeto que a Iniciativa  
258 Verde está coordenando, com uma série de parcerias e apoio do Fundo Estadual de Recursos

259 Hídricos, do Comitê da Bacia do Paraíba do Sul, que é a elaboração do Plano Diretor de Restauração  
260 Florestal da Bacia. Depois de um processo de consulta que teve agora um diagnóstico e consulta.  
261 Agora no mês de novembro, tivemos várias reuniões com diversos segmentos do poder público,  
262 estadual, federal, município, sociedade civil e outros atores da região. Agora, em 12 de dezembro,  
263 deve ter um encontro para validação desse plano, o Restaura Paraíba do Sul, que a gente vai  
264 encaminhar o convite aqui para todos os conselheiros e demais interessados, que a ideia desse  
265 projeto é reforçar as capacidades da região para restauração florestal, indo além do FeHidro, além  
266 do Sistema de Recursos Hídricos, conectando com os programas e políticas, por exemplo, aqui da  
267 SEMIL, do governo federal, estadual, o reforço da capacidade regional, tanto operacional quanto  
268 normativa, temos elaboração de um banco de legislação municipal dos municípios pertinentes, a  
269 questão dos instrumentos econômicos, e também precisamos ter interface, qual a discussão do  
270 licenciamento municipal, que está bem adiantada até a discussão aqui dentro do CONSEMA, e a  
271 própria Bacia do Paraíba do Sul, que criou a Agência Regional de Licenciamento, porque o  
272 licenciamento se conecta bastante com a restauração, as medidas compensatórias, também tanto  
273 decorrente do licenciamento quanto de infrações. Então, são componentes importantes, tem que  
274 ligar a questão da restauração com adequação ambiental dos imóveis, a discussão da aplicação da  
275 Lei Florestal, dos instrumentos econômicos como um todo, o programa que a Secretaria desenvolve,  
276 por exemplo, do Conexão Mata Atlântica. Então essa possibilidade de uma política pública, uma  
277 discussão coletiva com vários atores e que a gente espera que possa contribuir não só para a bacia,  
278 mas para reforçar a questão da restauração no estado de São Paulo e no Brasil cada vez mais  
279 importante, inclusive pela questão climática. Então reforçando que a gente vai encaminhar para  
280 todos o convite para o evento, dia 12 de dezembro. E compartilhar os materiais lá depois no nosso  
281 site, do Comitê da Bacia, e espera contribuir então, para reforçar esse processo coletivo de discussão  
282 lá na Bacia do Paraíba do Sul. Obrigado.

283

284 **00:30:18 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Resende. Conselheira Marina Balestero, por  
285 favor.

286

287 **00:30:25 Marina Balestero:** Bom dia a todos e a todas. Eu só queria anunciar que a gente prorrogou  
288 o prazo de cadastramento das entidades da sociedade civil para fazer a composição do grupo setorial  
289 do Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte da Baixada Santista. O cadastramento vai ficar aberto  
290 até dia 27/11. É um cadastramento online que as entidades podem fazer no site da Secretaria. A  
291 gente reforça a participação das entidades da sociedade civil nesse grupo setorial, que é tripartite.  
292 Tem composição, então dos municípios, o representante dos estados e de diferentes classes da  
293 sociedade civil. No litoral norte, nesses próximos anos, a gente vai discutir o plano de ação e gestão,  
294 e também o sistema de monitoramento, informação e gerenciamento do GERCO, e na Baixada  
295 Santista a gente vai começar o processo de revisão do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro,  
296 então a participação é muito importante. Então, o cadastramento fica aberto até dia 27, a gente vai  
297 analisar esses documentos até o final do mês, até o final de novembro. A eleição no litoral norte  
298 acontece no dia 05/12, e na baixada santista no dia 13. E tem aqui um lembrete que a minha equipe  
299 pediu para falar que é, mesmo quem se cadastrou no processo eleitoral do passado, em 2021, no  
300 sistema, precisa refazer o cadastramento, não é automático, porque tem uma renovação de

301 documentação, então todo mundo que se cadastrou da outra vez precisa ser recadastrar agora  
302 também. Mas era isso, obrigada.

303

304 **00:31:58 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira Marina. Conselheiro Rodrigo  
305 Levkovicz, por favor.

306

307 **00:32:06 Rodrigo Levkovicz:** Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Jonatas, Anselmo, Maila, demais  
308 colegas. Rapidamente, primeiro parabenizar o Cristiano por ter assumido o posto de coordenador  
309 das Políticas Indígenas do Estado de São Paulo. Cristiano, indígena da aldeia Renascer em Ubatuba.  
310 A gente teve a oportunidade de estar lá no sábado retrasado. Parabéns para o Cristiano e para a  
311 Secretaria de Justiça. Falar um pouco do Mar sem Lixo, e aí também agradecer o envolvimento que  
312 a CPLA teve, desde o início do projeto, é demais. Acho que a Coordenadoria de Saneamento  
313 também teve essa interface na época, e agradecer o apoio da Câmara de Compensação Ambiental,  
314 tanto o Jonatas que encampou a ampliação, lá como coordenador, presidente da Câmara, como o  
315 Trani, que no passado também encampou, agradeço aos dois, Daniel, está aqui, Lúcia Senna, e dizer  
316 que está sendo ampliado para Guarujá, Bertioga e São Sebastião, em parceria com as prefeituras.  
317 Então, é importante destacar que as prefeituras aderiram ao projeto, forneceram espaço físico, ponto  
318 de instalação, providenciaram articulação tanto daquilo que vai para o aterro, licenciado, como  
319 também aquilo que vai ser destinado às cooperativas de catadores para reciclagem. Mas também  
320 trazer um dado que o que a gente está observando aqui, a maior parte do lixo tirado no mar, ele não  
321 é passível de reciclagem. Ele está indo para aterros, e aí tem que ter até uma produção industrial  
322 para se livrar disso. Então, um dado importante. E aí, por fim, só destacar também que foi iniciada  
323 uma ação aqui da Secretaria junto com a Fundação Florestal, IPA, de hidrossemeadura na Vila Sahy,  
324 com o apoio da CDHU. Então agradecemos à CDHU, Maria Teresa, que forneceu os projetos, que  
325 a CDHU contratou, e que puderam embasar o nosso termo de referência, o edital. Essa ação está em  
326 curso agora, em dezembro a gente traz novidades do estado do projeto. E aí também destacar, acho  
327 que Prioste, parabéns. Acho que realmente o racismo é algo que tem que ser combatido, e a gente  
328 como está no estado, a gente tem que enfrentar isso. A gente está tentando facilitar a titulação de  
329 povos e comunidades quilombolas. A gente tem tentado melhorar a nossa forma de se relacionar  
330 com essas comunidades, é sempre um aprendizado. E dizer que a gente teve a aprovação da ação  
331 orçamentária, acho que é importante reprimir isso, de uma ação orçamentária específica para povos  
332 originários e comunidades tradicionais. Então fica aí o convite para a gente pensar como que a gente  
333 vai gastar esse orçamento. Eu tenho uma visão muito, que a gente tem que ouvir o que as  
334 comunidades acham, o que é prioridade. Aí a gente garantir a sinergia para que o recurso tenha seu  
335 máximo de efetividade. Então a gente vai ficar muito numa posição de curadoria disso e atuar  
336 naquilo que as comunidades acharem mais importantes. Aí eu acho que esse diálogo, acho que é  
337 importante o CONSEMA ajudar a gente a fazer. Obrigado.

338

339 **00:35:34 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Antes da gente passar as respostas, sobrou um  
340 pouquinho de tempo aqui, o conselheiro Eduardo Trani tinha pedido também para fazer o uso da  
341 palavra, vou ceder aqui o tempo restante, remanescente da Marina.

342

343 **00:35:50 Eduardo Trani:** Bom dia a todos conselheiros. Um prazer estar aqui. Queria saudar o  
344 nosso subsecretário Jonatas, em nome dele, todos os conselheiros aqui do CONSEMA. Minha  
345 comunicação é rápida, e eu vou aproveitar, Belo, a sua sugestão. Acho que o Belo nos traz hoje algo  
346 muito importante que é, nós fortalecermos os municípios nos seus instrumentos de planejamento  
347 local. A nossa subsecretaria, a Secretaria hoje de Desenvolvimento Urbano e Habitação, abraçou  
348 um trabalho muito forte para os municípios paulistas. Como eu disse na reunião passada, já faz um  
349 mês, nós montamos todas as regiões metropolitanas do estado. São 232 municípios organizados.  
350 Hoje está tendo uma reunião em São José do Rio Preto, amanhã em Ribeirão Preto, e vamos à  
351 Franca, e todas as demais foram montadas, Piracicaba, Jundiaí, Sorocaba, Campinas, Baixada  
352 Santista e Vale. E o que nós fizemos nesses meses? Montamos as Câmaras Temáticas necessárias  
353 ao planejamento regional, Belo, e essas Câmaras têm sempre em toda a região metropolitana uma  
354 Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento, além de outras Câmaras ligadas à mobilidade,  
355 ao uso do solo e ao planejamento integrado. São quatro Câmaras por região, e eu tenho  
356 acompanhado todas elas, e nós temos dito a importância de nós termos os Planos da Mata Atlântica  
357 ali, então eu vejo, aqui queria oferecer à SOS, à Secretaria, obviamente, nas suas áreas de  
358 planejamento, ou com Rodrigo aqui na questão, que a gente possa fazer nessas câmaras uma  
359 apresentação e um incentivo a que os Planos de Mata Atlântica sejam feitos. Soma-se a isso, então  
360 Jonatas, só para dar um informe a todos, é que também estamos inaugurando o trabalho de  
361 capacitação dos municípios para o planejamento dos seus planos diretores, e a primeira tarefa foi  
362 divulgar o Zoneamento Ecológico Econômico. Eu já falei, mas queria agradecer a Marina,  
363 conseguimos fazer então, marcar agora para o dia sete de dezembro, o primeiro treinamento da  
364 região metropolitana de Piracicaba. A importância é que lá eles têm todos os municípios, então os  
365 24 municípios vão receber o treinamento do ZEE, e o terceiro campo de trabalho nas Câmaras  
366 Técnicas de Planejamento é avançar nos planos locais de adaptação e resiliência climática, que o  
367 Jonatas inclusive indicou a Jussara, ela tem participado, teremos uma reunião lá em Piracicaba  
368 também, de como que a gente pode prosseguir na capacitação dos municípios. Portanto, a agenda  
369 ambiental pode e deve utilizar mais esse espaço, que é o espaço das regiões metropolitanas onde os  
370 municípios têm assento. Era isso um pouco, dizer que nós estamos bastante felizes em imaginar que  
371 a gente possa aumentar a nossa capacidade de indução nas políticas principais, lógico, além de  
372 resíduos sólidos, todos têm pedido que a gente fale sobre isso, e o Jonatas abriu essa porta, cada  
373 demanda específica, os colegas aqui do meio ambiente tem participado, o que dá um excelente  
374 trabalho também na área de transportes, nos transportes metropolitanos, no DAEE com a Mara,  
375 enfim, temos feito uma agenda compartilhada, mas eu queria aqui parabenizar a tua iniciativa, Belo,  
376 e já que tem 14 no Vale do Paraíba, vocês sabem que o Vale do Paraíba fez os 32 planos municipais  
377 de redução de risco, entregue pela RGE na reunião do conselho e com recursos do FeHidro, e nós  
378 queremos fazer todos os planos municipais de redução de risco nas regiões metropolitanas de São  
379 Paulo. Essa é uma outra meta também colocada. Obrigado.

380

381 **00:39:35 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Eduardo Trani. Nós vamos passar  
382 agora aos comentários. A presidência vai ceder a palavra também. Há três conselheiros que vão  
383 comentar aqui sobre as proposições e colocações. Pela ordem a conselheira Malu Freire, conselheiro  
384 Daniel Smolentzov e conselheira Cristina Murgel. Antes de passar a palavra para Malu, enquanto  
385 ela se prepara, já fazendo um comentário sobre a primeira fala aqui do conselheiro Andrés Vernet,

386 conselheiro, eu tenho a relação de todos os ofícios encaminhados pela entidade Ecophalt, já  
387 conversei aqui com a Maila, a gente vai fazer a verificação e a varredura de quais ofício ainda não  
388 foram respondidos. Teve um que eu já informo agora, acabamos de receber ontem a resposta, o  
389 ofício 31 de 2023, só para ficar registrado aqui que isso aqui eu recebi ontem, ainda não deu tempo  
390 de mandar em resposta. Vamos fazer a varredura dos outros e também a verificação do ocorrido. A  
391 conselheira Malu Freire, por favor, educação ambiental.

392

393 **00:40:35 Malu Freire (CEA):** Bom dia a todos e a todas, secretário, Anselmo, Maila. Sobre as  
394 colocações do conselheiro Marcelo Mello, da Cooperben do Guarujá, eu queria contextualizar e  
395 esclarecer alguns pontos. Esse edital refere-se à última edição do Verão no Clima, do projeto Verão  
396 no Clima. O projeto Verão no Clima é derivado de uma longa história, começou lá na década de 80,  
397 86, 87 com a Operação Praia Limpa, muito antes de qualquer Política de Resíduos Sólidos existir,  
398 não existia nenhuma obrigação por parte das prefeituras, tão pouco as cooperativas eram  
399 organizadas e nós já, naquela época, íamos às praias, no corpo a corpo, alertar para a questão dos  
400 resíduos depositados na areia e para toda a sorte de vetores e de doenças que ali proliferaram,  
401 contaminavam e apresentando uma questão séria de saúde pública. Então nós estamos buscando  
402 desenvolver um trabalho de conscientização e educação ambiental que não depende só de discurso,  
403 nós fomos no corpo a corpo, nós precisamos da prefeitura. Foi um momento difícil em que muitos  
404 dos dirigentes não entendiam que a gente precisava de apoio na educação ambiental, até para o  
405 nosso discurso não cair no vazio. Então, a questão da logística, quando você começa a falar, não  
406 estou falando da logística reversa, eu estou falando daquela logística, daquele apoio que propicia ao  
407 cidadão e a atitude individual, ou das comunidades, a viabilização da sua atitude. Então, se eu separo  
408 o lixo é muito difícil para quem está na liderança da educação ambiental ouvir da rede pública de  
409 ensino, não me venha com lições de reciclagem, porque depois vai tudo para o mesmo caminho,  
410 tudo vai para o mesmo local. Então a gente vem lutando em contrapartida da educação ambiental,  
411 com essa falta da política de gestão de fato dos resíduos, porque se eu peço para as pessoas não  
412 jogarem ou separarem, ou destinarem, eu preciso, então, obviamente de que isso seja introduzido na  
413 sociedade como um todo. Então, a questão de você chamar a atenção para a gestão dos resíduos,  
414 quando você busca envolver todos os condomínios, todas as donas de casa, todas as crianças, as  
415 escolas na reciclagem para aumentar essa capacidade, então para gerar renda, para que isso tudo  
416 seja compartilhado, a gente esbarra justamente nisso. Lixo, gente, tem para dar, vender para todo  
417 mundo. Nós, da educação ambiental, não estamos preocupados com quem é que vai ganhar mais ou  
418 menos com esse lixo. De fato, a gente sabe da importância da geração de renda, da inclusão, da  
419 profissionalização, mas não se trata apenas de ficar defendendo uma situação que ainda não evoluiu,  
420 e eu estou falando de 40 anos, gente, eu estou falando de 35, 40 anos na linha de frente. Então eu  
421 peço, Marcelo, que você engrosse conosco essa visão, a visão de que a capacitação, a gestão do  
422 resíduo ela tem que, cada vez mais se desenvolver, se profissionalizar e de fato gerar renda, porque  
423 há muita riqueza no lixo, e tem lixo para todo mundo, até aquele difícil de reciclar, como tem  
424 acontecido com o Mar sem Lixo. Então, pessoal, eu acho que precisa mesmo avançar na  
425 interpretação daquilo que é direito e daquilo que de fato é execução de política pública, direito de  
426 alguns em detrimento do direito de todos. Então eu agradeço pelo esclarecimento. Obrigada.

427

428 **00:44:51 Anselmo Guimarães:** Obrigado Malu Freire. Conselheiro Daniel Smolentzov, por favor.

429

430 **00:44:57 Daniel Smolentzov:** Obrigado Anselmo, bom dia a todos. Eu queria pedir ao conselheiro  
431 Fernando Prioste a gentileza de me mandar a sua manifestação, que vi que você trouxe por escrito,  
432 para que eu possa encaminhar. Na Procuradoria Geral do Estado nós temos uma unidade específica  
433 que cuida dessa questão de gestão de imóveis, e eles é que acompanham de perto a questão da  
434 regularização fundiária, titulação e etc. Então me manda, por favor, o seu material que eu vou  
435 encaminhar para essa unidade especializada e eu tenho certeza que os colegas de lá vão colaborar  
436 para que nós consigamos aprimorar esse processo e as coisas andem com uma velocidade maior do  
437 que estão atualmente. Obrigado.

438

439 **00:45:48 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Conselheira Cristina Murgel.

440

441 **00:45:54 Cristina Murgel:** Bom dia a todos. Primeiro, queria aqui parabenizar a reflexão do  
442 Prioste. Acho que é sempre oportuno, principalmente na semana que a gente tem que refletir a  
443 Consciência Negra, e dizer Prioste, que eu vou levar sim o seu recado, eu já acionei aqui o Itesp, a  
444 informação que eu recebi é que o secretário Guilherme Piai esteve com as comunidades, enquanto  
445 diretor do Itesp, foi uma das primeiras agendas dele, assim que assumiu o Itesp, e na ocasião,  
446 representava o secretário Junqueira. Acionei aqui o gabinete, não chegou nada ainda desde que ele  
447 assumiu, lembrando que ele assumiu no início de outubro, então ele tem um mês e pouco que  
448 assumiu o cargo, mas assim que chegar qualquer solicitação de agenda com certeza será priorizada.  
449 E lembrando também que na semana passada os nossos escritórios em Eldorado tiveram uma ação  
450 especial para o crédito especial no Vale do Ribeira, incluindo as comunidades quilombolas. Então  
451 qualquer problema que esteja havendo nesse sentido, por favor, nos acionem, a gente vai levar sim.  
452 E vou aproveitar aqui a fala, Roberto, eu recebi o seu e-mail sobre o Plano de Restauração do Vale  
453 do Paraíba. Eu estava afastada a semana passada. Tive um probleminha de saúde e estou de férias  
454 essa semana, mas estou trabalhando. Vamos marcar a reunião, eu acho assim, na linha aqui do Trani,  
455 a Secretaria da Agricultura pode sim aportar já algumas informações sobre a projeção de  
456 recomposição nos imóveis rurais. Nós estamos batendo esse mês mais de 30 mil cadastros validados,  
457 portanto, a gente já tem uma amostra por região de projeção, de recomposição, que eu acho que vai  
458 sim subsidiar esses planos no sentido de tamanhos de imóveis e áreas a recompor em APP e reserva  
459 legal, já validadas e certificadas pela Agricultura. Tá bom? Eu vou te responder o e-mail e a gente  
460 marca, tá bom? Obrigada.

461

462 **00:48:03 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pelos esclarecimentos, o conselheiro Andrés  
463 levantou a mão aqui... Como há a previsão necessariamente para uma réplica, mas como eu mesmo  
464 citei pessoalmente, por favor, conselheiro, poderia fazer em um minuto só para a gente dar  
465 prosseguimento? Por favor, conselheiro Andrés.

466

467 **00:48:19 Andrés Vernet:** Muito obrigado, Anselmo. Você é realmente um *gentleman*. Eu queria  
468 só contestar a resposta que foi dada ao Marcelo, que mais uma vez, cooperativas são deixadas de  
469 lado, esquecidas. Essa retórica, isso de 10, 20 anos atrás, a gente já conhece, todo mundo já conhece.  
470 A gente precisa de realidade, as pessoas não vão às cooperativas, as pessoas não conhecem essa  
471 realidade. Essas cooperativas estão abandonadas sem material, e ainda aparece mais uma empresa

472 tirando esse material. Realmente, nós precisamos de uma solução, nós não precisamos de uma  
473 retórica. Então, é isso que queria solicitar à Secretaria de Meio Ambiente, ... com todos... Para que  
474 a gente... (00:49:17)

475

476 **00:49:20 Anselmo Guimarães:** Ok, obrigado, Andrés, pela participação. Deu uma cortadinha aqui,  
477 mas eu acho que você já estava fechando a sua fala, muito obrigado. Com a palavra, então, agora o  
478 senhor presidente, Jonatas Trindade.

479

480 **00:49:37 Jonatas Trindade:** Andrés e Marcelo, façam um favor, vamos marcar uma reunião  
481 específica com o pessoal da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento, e eu envolvo  
482 também a equipe da Subsecretaria de Meio Ambiente para tratar do assunto, entender como é que a  
483 gente pode trabalhar de uma forma mais efetiva com as cooperativas para poder fortalecer a agenda  
484 de reciclagem. A política nacional é muito importante e a gente tem que realmente fortalecer os  
485 mecanismos e instrumentos da política para poder tornar a política mais efetiva. É algo que me  
486 sensibiliza muito pela importância de dar destinação aos resíduos sólidos de uma forma geral, e  
487 entendo que é importante ter essa conversa para entender o que precisa ser trabalhado pelo estado  
488 para fortalecer a agenda. Então, em relação ao que foi demandado, acho importante entender o  
489 contexto e ter uma conversa mais próxima com as cooperativas para poder encaminhar e trabalhar  
490 de uma forma mais organizada e planejada em relação à temática. Essa é minha solicitação e me  
491 coloco à disposição para tratar do assunto junto com a Subsecretaria de Recursos Hídricos e  
492 Saneamento, que está responsável pela pauta. Em relação ao trabalho que a SOS vem fazendo, acho  
493 excepcional e até importante conhecer um pouquinho mais, como foi colocado pelo Trani, tem sido  
494 feito um esforço grande de aproximação, principalmente das equipes técnicas da Secretaria na  
495 discussão e na apresentação das políticas públicas com o objetivo de fortalecer. Eu acho essencial,  
496 realmente, trabalhar nessa perspectiva, com olhar nos municípios, fortalecer esse trabalho que vocês  
497 já fazem muito bem, conhecer um pouco mais esse trabalho também para poder estimular e divulgar  
498 esse tipo de iniciativa, e também fazer com que a política pública chegue na ponta, que é na ponta  
499 que as coisas acontecem. Então continuamos à disposição para discutir esses assuntos. Como o  
500 Roberto colocou também, esse evento do dia 12, se eu puder, eu vou participar desse evento no dia  
501 12/12, até para entender um pouquinho mais e ver como é que a gente pode construir e fortalecer  
502 essas políticas públicas, entender como é que a gente pode trabalhar em relação, não só em relação  
503 a fundo, que é algo que a gente tem que entender a lógica e ver a questão das fontes de recursos,  
504 porque também não adianta construir um fundo que não tenha um respaldo do ponto de vista  
505 financeiro, seria mais um fundo e nós já temos alguns. A secretária tem discutido isso, a utilidade  
506 desses fundos para trazer a resposta das políticas públicas. Mas a questão da construção dos planos,  
507 eu acho que é algo muito importante e podemos trabalhar de forma conjunta para fortalecer esse  
508 tipo de política pública. Em relação ao que o Prioste colocou, realmente, não tem espaço para o  
509 racismo ou para essa cultura perversa que não traz nenhum benefício para a construção de uma  
510 sociedade mais justa, uma sociedade em que todos têm o direito à fala, e a importância do  
511 CONSEMA como espaço de diálogo e divulgação, como o Daniel colocou, à disposição da estrutura  
512 do estado para que a gente possa avançar nas políticas públicas que tragam essa justiça social  
513 esperada por todos. Eu acho que é fundamental você trazer esse tipo de reflexão, e é fundamental  
514 que a gente não fique só na reflexão, que a gente parta para a prática, eu acredito muito nisso e a

515 secretária também, ela tem feito um esforço e tem cobrado da gente o tempo todo em relação, por  
516 exemplo, à Bombas, de realmente avançar na construção, na melhoria do acesso e no fortalecimento  
517 das demais políticas públicas. Ontem a gente estava discutindo um pouquinho sobre a questão da  
518 roça tradicional desenvolvida pelos quilombolas e a importância dessa cultura como meio de  
519 sustentar, de trazer meios para que eles se sustentem, sustentem suas famílias, mas também  
520 pensando em outras políticas públicas que possam fortalecer, de uma forma muito prática essa  
521 gestão, gestão local, gestão da própria comunidade, não só independente da participação pública.  
522 Eu tive a oportunidade de ir na Feena no feriado, dia 15, para poder conhecer um pouquinho do  
523 trabalho desenvolvido lá, e aí vinha discutindo a importância da gente pensar em projetos  
524 produtivos, e trazer esses projetos produtivos de uma forma que se sustente do ponto de vista  
525 econômico, independente da presença do estado, o estado sendo um fomentador, mas não pode ser  
526 o único fomentador, a população, as comunidades têm que conseguir criar essa estrutura ou essa  
527 governança de uma forma muito própria, e que tenha a sustentabilidade com o retorno financeiro  
528 necessário para que essas comunidades possam se desenvolver. Eu acho que a gente tem um  
529 caminho a percorrer e contamos também com o apoio de vocês nessa construção. Conversei com a  
530 equipe da Fundação para que a gente se mobilizasse nesse sentido e trouxesse propostas para  
531 estruturar isso de uma forma mais firme, o pessoal ficou de trazer isso, a equipe ficou bastante  
532 animada porque entende que é um caminho importante para desenvolvimento dessas políticas  
533 públicas de apoio às comunidades, e contamos com a colaboração de vocês também para trazer  
534 expertise nesse cenário. Também a disponibilidade da Secretaria para poder conversar com o Itesp,  
535 com a com a SAA. Nós já temos feito uma aproximação com o olhar nas comunidades quilombolas,  
536 nos assentamentos também rurais, de uma forma geral, com o intuito de fortalecer a política pública,  
537 em especial, com olhar na questão da restauração e na produção sustentável. Então, nós estamos à  
538 disposição para trabalhar de forma conjunta. E a importância do trabalho que a Secretaria de  
539 Desenvolvimento Urbano e Habitação tem feito de articulação em âmbito local, e tem o Trani, tanto  
540 o Trani como o subsecretário também tem colocado a necessidade e a importância de participação  
541 da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística nesse processo, e aí nós temos tido uma  
542 interface muito boa dentro do que é possível também, que tem sido uma agenda bastante corrida,  
543 mas realmente de participação e de construção de uma política local mais forte. Então nós nos  
544 colocamos mais uma vez à disposição para trabalhar de forma conjunta com vocês.

545

546 **00:57:26 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Então, estão esgotados aqui os comentários e as  
547 proposições. Queria convidar todos a gente a adentrar na ordem do dia. O primeiro item da pauta é  
548 a apreciação da proposta da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas para a  
549 redação substitutiva ao inciso 16, do artigo 6º, da Minuta de Decreto que aprova o Plano de Manejo  
550 da Área de Proteção Ambiental Serra do Itapeti, nos termos da deliberação CONSEMA nº 16, de  
551 2022. Nós reproduzimos aqui no enunciado exatamente a tarefa que foi atribuída à Comissão, como  
552 muitos viram nas minutas que foram encaminhadas pelo CONSEMA, acabou que esse inciso 16, do  
553 artigo 6º, ele acabou sendo deslocado para outros 2 artigos. Então com isso, essa foi a proposta  
554 discutida na Comissão Temática de Biodiversidade, ficou a cargo do Instituto de Pesquisas  
555 Ambientais, aqui em nome da Nereia, e também do Nalon, coordenador, foi indicado aqui para  
556 fazer, ser o porta-voz aqui dessa tarefa. Por favor, Marco Nalon, coordenador do Instituto de  
557 Pesquisas Ambientais, com a palavra.

559 **00:58:43 Marco Nalon (IPA):** Obrigado, Anselmo. Bom dia a todos e todas presentes, os que estão  
560 online. Continuo na fase de estagiário do CONSEMA. Trazer hoje aqui a deliberação que a gente  
561 vai ter realmente no ano (00:59:00) em relação às áreas protegidas e diversidade, sobre a APA Serra  
562 do Itapeti. Essa APA Serra do Itapeti é localizada aqui, próximo a São Paulo, município de Mogi  
563 das Cruzes. Ela teve já o seu Plano de Manejo aprovado no CONSEMA, na reunião de 29/07/22,  
564 entretanto, havia um inciso referente à questão de pulverização aérea que não foi objeto de um  
565 consenso na época, ele foi retirado por uma análise posterior, e agora nós retomamos a Comissão  
566 Técnica de Biodiversidade e trouxemos essa pauta para uma análise final e encaminhamento aqui à  
567 plenária do CONSEMA. O objetivo é que, uma vez aprovado esse inciso, discutido aqui pelas  
568 colegas e chegando num consenso, ele possa ser incorporado ao Decreto do Plano de Manejo e  
569 realmente esse Decreto possa passar a vigorar. A apresentação que nós vamos fazer, ela está dividida  
570 em algumas áreas. A ideia é fazer uma síntese bem rápida do conteúdo do Plano de Manejo, para  
571 que todos tenham conhecimento, os novos conselheiros e outros que porventura não tinham tido  
572 esse contato. Apresentar uma pequena linha do tempo, de como foi todo esse processo, desde as  
573 oficinas participativas, caracterização da área, até chegar ao momento atual e também colocar qual  
574 foi o produto dessas duas reuniões que nós tivemos da Comissão Técnica de Biodiversidade,  
575 debruçando sobre o tema, especificamente sobre a questão de pulverização aérea para a área em  
576 foco, que é a APA Serra de Itapeti. Então eu peço que todos tenham sempre em mente que o que foi  
577 colocado está focado para essa área e, é claro, nós vamos ter esse assunto vindo à tona, sendo  
578 refletido novamente em todos os Planos de Manejo que estão por vir, tanto de áreas de uso  
579 sustentável como as APAs, como também nas Unidades de Conservação de proteção integral. Então  
580 essa é uma primeira proposta, vou fazer um pequeno spoiler, na consideração de todos que  
581 participaram, um grande avanço nos últimos anos na discussão desse tema, que sempre foi de difícil  
582 compreensão e de se chegar a um bom acordo, e também trazer o que essa discussão desse inciso,  
583 ele trouxe a mais no Plano de Manejo, que é um conceito já existente em APAs marinhas de área  
584 de interesse de conservação, que a gente está trazendo para uma área terrestre, e também como  
585 consequência do que vai ser apresentado aqui uma adequação nos próprios programas que já  
586 estavam previstos no Plano de Manejo, principalmente no que se diz respeito ao uso de agrotóxico  
587 na região, não só na Unidade, como na região do entorno, não necessariamente pela pulverização  
588 aérea, mas aquele uso do dia a dia dos pequenos produtores rurais, como é que ele se dá, então a  
589 gente traz um aperfeiçoamento aqui, vamos dizer, de uma proposta para incluir uma avaliação mais  
590 pormenorizada desse tema também na APA. Eu vou passar a palavra para a colega Iracy Xavier,  
591 que conhece de cor e salteado melhor do que eu todos os detalhes do plano. Está aqui a Fernanda,  
592 também da Fundação Florestal, que coordena esses planos. O Rodrigo Levkovicz está de férias, mas  
593 está aqui também ainda, e a gente, depois de apresentar, ficamos à disposição para discutir e tirar  
594 qualquer dúvida que haja sobre o tema ainda. Obrigado. Iracy.

595

596 **01:03:09 Iracy Xavier:** Obrigada, Nalon. Bom dia a todos e a todas. Nalon já deu uma adiantada  
597 no nosso assunto. Então a gente pensou em, para uma questão didática, fazer a apresentação em três  
598 etapas, então a primeira é fazer uma apresentação, uma síntese do que foi o Plano de Manejo, por  
599 quê? Embora a gente já tenha feito a apresentação do Plano no ano passado, muitos conselheiros  
600 são novos, então a gente fez uma síntese da síntese para trazer algumas informações sobre a APA.

601 Então, uma segunda etapa, vou falar um pouco do processo de aprovação no CONSEMA e, por fim,  
602 apresentar a proposta que foi aprovada na CTBio. Na CTBio, então, a gente formou um pequeno  
603 grupo de trabalho formado pela Secretaria da Agricultura, por membros do Comitê de Planos de  
604 Manejo e pelo gabinete da SEMIL, então a gente trouxe essa proposta, que foi muito discutida na  
605 CTBio e foi aprovada, então, na última reunião. Então, como o Nalon já adiantou, essa APA fica no  
606 município de Mogi das Cruzes, ela compreende uma Serra que é muito importante do ponto de vista  
607 dos municípes. Pega também uma pequena parte do município de Guararema e de Suzano. Então,  
608 os atributos principais dessa APA são os grandes remanescentes de vegetação nativa, nascentes,  
609 porque ela envolve a Serra inteira, então nós temos o divisor de águas nesta Serra onde tem as várias  
610 nascentes que seguem, ou para o Rio Tietê, ou então para a bacia do Paraíba do Sul. Falar um  
611 pouquinho do Plano de Manejo, acho que eu nem preciso detalhar muito, porque no próprio relatório  
612 que nós elaboramos que vocês receberam, tem um pouco do roteiro de como foi feito o Plano de  
613 Manejo. E vou falar muito pouquinho sobre roteiro metodológico e sobre o Comitê de Planos de  
614 Manejo, que toda vez que tiver um Plano de Manejo aqui no CONSEMA, vocês vão ouvir muito a  
615 gente se referenciar ao roteiro e ao Comitê. Eles andam juntos e eles foram criados juntos. O Comitê  
616 de Planos de Manejo foi instalado entre 2016 e 2017, e ele é composto por todos os órgãos do  
617 sistema. Assim, a ideia deste Comitê é para, primeiro, homogeneizar os Planos de Manejo e poder  
618 contar com os técnicos e pesquisadores do sistema para elaborar os Planos de Manejo. Então a gente  
619 não tem a contratação dos serviços, e o roteiro metodológico é o referencial, ele traz os  
620 procedimentos para a elaboração dos Planos de Manejo. Com isso, a gente trouxe uma uniformidade  
621 aos Planos de Manejo, principalmente no que diz respeito à Zona de Amortecimento das UCS de  
622 proteção integral e no Zoneamento das APAs, que, até então, o Zoneamento das Apas era assim,  
623 cada plano trazia uma nomenclatura diferente no Zoneamento, então é muito importante isso. Como  
624 vocês receberam no relatório, acho que eu não preciso fazer a leitura, certo? Aqui a gente trouxe um  
625 mapa de localização da APA, e é importante aqui, acho que é a coisa mais importante, que no  
626 perímetro da APA nós já tínhamos três Unidades de Conservação. Então nós temos aqui a Estação  
627 Ecológica Estadual do Itapeti, nós temos um grande parque natural municipal e também uma grande  
628 RPPN, que é da Suzano. E aqui nós temos a APA Várzea do Rio Tietê, então esse mapa é para trazer  
629 um pouco o contexto da APA Serra do Itapeti. Como também já está bem detalhado no relatório,  
630 então a gente apresenta aqui o Zoneamento. Todas as APAs têm esse formato de Zoneamento, então  
631 nós temos a Zona de Proteção Especial, que compreende as Unidades de Conservação já existentes;  
632 a Zona de Proteção dos Atributos, que o próprio nome está dizendo, são os atributos da Unidade de  
633 Conservação; aqui são os grandes fragmentos de vegetação nativa; o Corredor Ecológico da Estação  
634 Ecológica de Itapeti; a Zona de Amortecimento também, e a Zona de Uso Sustentável. Além das  
635 Zonas, os Planos de Manejo também trazem as áreas que se sobrepõem às zonas. As áreas de  
636 interesse elas se sobrepõem as zonas, pode ser qualquer zona, zonas de atributo, ou sobre as zonas  
637 de uso sustentável. No caso da APA Serra do Itapeti, nós temos já duas áreas de interesse: a área de  
638 interesse para recuperação e a zona de interesse histórico cultural, e as essas áreas agora nós vamos  
639 acrescentar a área de interesse para a conservação, que corresponde à área em que nós trabalhamos  
640 a questão da pulverização. Então aqui, rapidamente o mapa do zoneamento. Então aqui em verde  
641 mais escuro, nós temos as Unidades de Conservação existentes. O verde claro é a zona de proteção  
642 dos atributos, o rosa, a zona de uso sustentável e todas essas áreas aqui em meio roxo, cor-de-rosa  
643 são as áreas de recuperação, área de interesse para recuperação, onde podem ser feitos as

644 compensações florestais. Ah, também está bem detalhado no relatório, nós temos para todas as  
645 Unidades de Conservação, são cinco programas de gestão da APA (01:10:19). Eu não vou detalhar,  
646 acho que a gente pode passar para o próximo. Outra coisa também que está no relatório, que vou  
647 falar rapidamente, de uma coisa importante em todo o processo de elaboração do Plano de Manejo,  
648 que é o contato com o território. É feito por meio do (01:10:23) Conselho Consultivo, aqui no caso  
649 da APA, é um conselho consultivo e aqui nós fizemos, durante todo o processo de elaboração do  
650 Plano de Manejo, a gente, a cada etapa do Plano de Manejo, era feito um evento na região. Então,  
651 foram seis eventos entre oficinas e reuniões, sendo que a última reunião foi uma oficina de  
652 devolutivas, onde foram apresentadas todas as contribuições coletadas durante o processo, foram  
653 então feitas as discussões, algumas contribuições foram aceitas integralmente, outras só  
654 parcialmente, e algumas não foram aceitas, mas foi nessa reunião, então, que o Plano de Manejo foi  
655 aprovado no âmbito do conselho consultivo por unanimidade e sem ressalvas. Para assim ficar um  
656 pouco mais didática, nós fizemos uma linha do tempo desde que o Plano de Manejo foi aprovado  
657 no Conselho Consultivo. Então, a primeira reunião da CTBio foi em abril de 2022, onde foi feita a  
658 apresentação do Plano de Manejo e já na segunda reunião da CTBio, foram feitas as discussões e  
659 foi então aprovado o Plano de Manejo. E em seguida, então, como faz parte do processo, o Plano  
660 de Manejo veio para o CONSEMA, e como o Nalon já adiantou, nesta reunião do plenário, que foi  
661 em junho do ano passado, foi feita a apresentação do Plano de Manejo e foi solicitada vistas ao  
662 processo pela Secretaria da Agricultura, e foi então aprovado esse pedido, e foi adiada a votação  
663 sobre o Plano de Manejo. O que ocorreu então em julho, na reunião seguinte, então o Plano de  
664 Manejo foi aprovado, o relatório foi aprovado, o Plano de Manejo também, com exceção do inciso,  
665 famoso inciso 16, do artigo 6º. Aqui ele está como 16, mas na verdade, ele é o artigo 6º. Com isso  
666 foi deliberado que essa questão de pulverização aérea retornaria para CTBio para novas discussões  
667 e para apresentação de uma proposta que é o que nós estamos fazendo aqui hoje. Então, neste ano  
668 de 23, a gente retomou em outubro a discussão sobre essa questão da pulverização aérea na CTBio,  
669 foi em 6 de outubro, onde já houve uma discussão sobre essa questão. Na reunião seguinte da CTBio,  
670 que foi em 30 de outubro, foi apresentada então uma proposta que foi elaborada por esse grupo de  
671 trabalho que eu já mencionei, foram várias horas de discussões e finalmente foi aprovada. Eu até  
672 considerei no relatório aprovada por unanimidade, acho que foi isso, e é o que nós estamos trazendo  
673 para vocês hoje. Então, na nossa linha do tempo, nós estamos aqui. Bom, então aqui nós tentamos  
674 fazer de uma forma essa apresentação que ficasse mais didática para entendimento de todos. Então  
675 a proposta que foi feita, aprovada na CTBio, foi a exclusão do inciso 16, artigo 6º, e então, aqui, do  
676 lado esquerdo, nós vamos colocar a minuta como ela foi apresentada e aprovada na CTBio, e do  
677 lado direito, é a mesma proposta, é quase o mesmo texto, já na versão de Decreto. Então a gente fez  
678 uma adequação para ter o formato de Decreto. Então, o que nós acrescentamos para dar o formato  
679 de Decreto vai aparecer aqui em verde e o que nós excluimos da proposta por estar repetido e tal,  
680 então, aparece em vermelho. Então, acho que o Nalon já até colocou, nós colocamos, a nossa  
681 referência para trazer essa proposta aqui foi a instrução normativa 2008 do Ministério da  
682 Agricultura. Nesta norma já tem uma proposta para agrupamentos animais, tem uma faixa de 250  
683 metros no entorno de criação de agrupamentos animais. Então, essa norma aqui de 2008 foi a nossa  
684 referência para essa proposta que nós apresentamos na CTBio, e que foi muito discutida. Então  
685 assim, a ideia é a criação de uma faixa de 250 metros no entorno de fragmentos florestais  
686 significativos, que nós estamos incluindo naquela classe de áreas. Ficou nosso item 3 como área de

687 interesse para a conservação. Então, olha, nessa faixa é proibida a pulverização aérea por aviões, e  
688 assim, será permitida a pulverização aérea, mas por meio de drone ou divante, desde que autorizada  
689 pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, que é o órgão que realmente cuida dessa questão aqui  
690 no estado de São Paulo, e ela faz parte da Secretaria da Agricultura. Então, assim, a proposta de  
691 uma forma geral é esta, agora eu vou apresentar para vocês como é que nós internalizamos a  
692 proposta que a CTBio aprovou na Minuta de Decreto. Então, foi incluído o item 3, inciso 3º no  
693 artigo 5º como área de interesse para a conservação. Esse material todo vocês receberam, vocês  
694 receberam a Minuta de Decreto já com as alterações propostas. A proposta que foi aprovada na  
695 CTBio é o anexo 1. O anexo 2 a gente já fez uma junção, aparece com cores diferentes, então é o  
696 material que você já receberam. Aqui não tem nada que vocês não tenham recebido. Bom, então  
697 olha, aqui como eu disse, está em verde o que é acréscimo. Nós incluímos então essa área de  
698 interesse para a conservação no artigo 5º, onde traz as outras áreas de interesse que já estão já  
699 estavam, já estão no Decreto. O restante do texto da proposta que foi aprovada na CTBio, e a gente  
700 chamou de Artigo X, Artigo Y. Então por exemplo, o Artigo X, que traz assim bem explícito o que  
701 é permitido, como que é tratada essa faixa de 250 metros. Então, agora, pelo Decreto, ele vai ser o  
702 artigo 11. Então, eu vou ler aqui a proposta anterior da CTBio: Artigo X.

703

704 **01:19:46 Anselmo Guimarães:** Iracy, só para a gente ter uma maior fluidez, queria solicitar para a  
705 gente já passar a proposta da minuta que já foi aprovada após o debate na CTBio, pode ser? Que aí  
706 a gente já foca na proposta final, que acho que é melhor.

707

708 **01:20:07 Iracy Xavier:** Do decreto? Tá bom, vocês concordam, tudo bem.

709

710 **01:20:08 Anselmo Guimarães:** Isso, porque a gente já mandou todo esse histórico, né?

711

712 **01:20:10 Iracy Xavier:** Então, olha, nós acrescentamos a partir do artigo 10º, do artigo 11. Olha  
713 aqui, vocês querem que a gente faça a leitura? Fazemos a leitura. Então, ficou assim, artigo 11, não  
714 é permitida a prática da pulverização aérea de agrotóxico na faixa de 250 metros contíguo aos  
715 fragmentos florestais significativos, devidamente discriminados no anexo 3 deste Decreto, como  
716 área de interesse para a conservação. Parágrafo 1º: A delimitação da área de interesse para a  
717 conservação, faixa de entorno de 250 metros ao longo dos fragmentos de vegetação nativa, será  
718 realizada seguindo os parâmetros cartográficos do datum, tal, tal tal... Então, assim, esse parágrafo  
719 aqui foi colocado para trazer um critério técnico de delimitação dessa faixa de 250 metros, que é a  
720 área de interesse para a conservação. Isso daqui é, assim, o texto é o que nós fazemos na prática, é  
721 uma cartografia, tudo é georreferenciado, então a gente trouxe a especificação. Como é feita a  
722 delimitação da área de interesse para a conservação? O artigo 12, então ficou assim: A pulverização  
723 aérea por metodologia ou técnicas modernas como aquelas que se utilizam de equipamentos do tipo  
724 drone ou vante, poderá ser admitida dentro da faixa de 250 metros contíguos aos fragmentos  
725 florestais significativos, área de interesse para a conservação, desde que essa prática seja autorizada  
726 pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado  
727 de São Paulo, a partir de procedimento administrativo próprio. Então, aqui é mais ou menos a mesma  
728 redação. Parágrafo primeiro: Para autorização prevista no caput, cabe ao interessado apresentar  
729 minimamente laudo que especifique o perímetro, as condições de aplicação, o equipamento, o tipo

730 de defensivo e que esse laudo ateste que a metodologia a ser aplicada é segura e não impactará a  
731 flora e a fauna do fragmento florestal próximo à área de interesse para a pulverização aérea. Ainda  
732 no artigo 12, o parágrafo 2º, independentemente da técnica e do ateste da segurança de aplicação da  
733 pulverização aérea, deve ser respeitada uma faixa mínima de 30 metros em relação àqueles  
734 fragmentos caracterizados como área de interesse para a conservação. Parágrafo 3º: O órgão gestor  
735 da Unidade de Conservação deverá ser cientificado da pulverização com antecedência mínima de  
736 24 horas e deverá receber relatório de sua execução, sendo obrigatória o ateste, a observância dos  
737 registros do laudo técnico e demais condicionantes da autorização em até 15 dias de sua execução.  
738 Aqui já é o último artigo: Poderão ser criadas, suprimidas ou alteradas as áreas de interesse para a  
739 conservação através de resolução do Secretário de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística,  
740 ouvidos o Conselho Gestor e o Comité de Integração de Planos de Manejo. Então essa proposta, o  
741 artigo 13, é o que o Nalon até já tinha adiantado, é uma referência das APAs marinhas, e a gente  
742 criou áreas de interesse. Lá é mais relacionada à pesca, mas a gente trouxe para cá. Então, olha, esse  
743 mapa aqui é bem importante, aqui, então, a gente tem os fragmentos considerados significativos,  
744 que são delimitados considerando o porte, o estágio da vegetação, a conectividade com outros  
745 fragmentos e também a questão da biodiversidade. Qual a fauna que é relacionada a essa vegetação?  
746 E aqui, então a gente fez um recorte, então, o que está em amarelo é a faixa que a gente está  
747 chamando de área de interesse para a conservação, e aqui a gente traz então aqueles fragmentos que  
748 são considerados significativos. Também na CTBio foi feita uma proposta de inclusão dessa questão  
749 da pulverização aérea nos programas de gestão da UC, na verdade, nós já tínhamos esse programa,  
750 nós já tínhamos um programa de interação socioambiental, e no programa de pesquisa e  
751 monitoramento, essa questão já estava contemplada. Só que nós acrescentamos então aqui alguns  
752 termos para incluir essa questão da pulverização, por exemplo, no programa de interação  
753 socioambiental a ação 1.3 já tinha essa questão, já contemplava a questão de agrotóxicos. Então  
754 olha: divulgar os impactos do uso inadequado de agrotóxicos nos cultivos agrícolas sobre - aqui  
755 estava “os recursos hídricos”, a gente alterou para “os atributos da APA”. Então, nós acrescentamos  
756 até para atender a deliberação da CTBio, então nós acrescentamos as ações 2.6 e 2.7, e acho que eu  
757 até posso ler, né? Então, a ação 2.6 que foi acrescida, elaborar estudo dos possíveis impactos dos  
758 agrotóxicos nos atributos da APA, principalmente na questão da biodiversidade, bem como  
759 estabelecer indicadores para monitoramento ambiental da UC. Foi classificado, então, como  
760 pesquisa científica, e aqui a gente traz o rol de possíveis parceiros para desenvolver essa ação. Por  
761 exemplo, a Fundação Florestal, o IPA, da SEMIL, conselho gestor, prefeituras, instituições  
762 científicas e tecnológicas. Outra ação que foi acrescida é estabelecer protocolo da qualidade  
763 ambiental da UC, a partir da análise dos indicadores, mas acho que os mesmos órgãos e também  
764 como pesquisa. Acabou, né? Bom, a gente conseguiu.

765

766 **01:28:03 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Iracy. Muito obrigado pela exposição. Obrigado, agora  
767 com a palavra, então, para concluir o Marco Nalon.

768

769 **01:28:16 Marco Nalon:** Só para complementar e ter ideia do tamanho do que nós estamos falando,  
770 esses fragmentos florestais que estão em verde, eles representam 646 hectares, 21% da vegetação  
771 nativa que está presente dentro da APA, e a área de interesse de conservação, que é esse envoltório  
772 de 250 metros em amarelo, ele representa 575 hectares, e seria equivalente a 11% da área da APA,

773 dentro dessa normatização, né? Para ter uma ideia da proporção, não é a APA inteira, é uma área  
774 específica e com critérios bem definidos. Era isso, só. Obrigado muito.

775

776 **01:29:05 Anselmo Guimarães:** Obrigado pela exposição. Feito, então, o relato da Comissão  
777 Temática, vamos submeter agora o plenário do CONSEMA para os debates. Gostaria de convidar o  
778 conselheiro, vou anotar aqui já os interessados nessa primeira rodada, o conselheiro Fernando  
779 Prioste, o conselheiro Daniel Smolentzov. Por enquanto, só dois inscritos, por favor, conselheiro  
780 Fernando Prioste.

781

782 **01:29:30 Fernando Prioste:** Bom, novamente bom dia a todos e todas. Algumas questões  
783 preliminares, eu participei do debate, apesar de não ser membro da CT, e agradeço a acolhida e a  
784 possibilidade de manifestar, eu acho que foi um debate bastante democrático, embora não  
785 necessariamente reflita aquele pensamento que eu trago aqui. Duas questões preliminares, eu acho  
786 assim, o debate que a gente está fazendo aqui é sobre a Serra do Itapeti. Eu acho que é complexo  
787 que a gente adote isso como modelo para todas as APAs, tratando só de APAs, porque são  
788 características diferentes, e rememorar também, e já fazendo aqui uma memória ao Kagayama  
789 (01:30:08) que a gente estava conversando aqui mais cedo, acho que faz uns 10 anos que esse debate  
790 foi feito também na APA de Botucatu, e ele não foi encerrado, e é um debate que precisa ser  
791 retomado aqui, mas entrando especificamente nesse debate, já agradecendo Iracy, Nalon pela  
792 explicação, que acho que foi muito necessária, tem alguns dados iniciais, e o primeiro dado é a  
793 ausência de dados sobre agrotóxicos no impacto, tanto na vida humana como no resto do meio  
794 ambiente, mas tem algumas informações que, por exemplo, o estudo diz que, de 99 a 2009, foram  
795 5.600 intoxicações por ano no país por agrotóxico, uma média de 15.5 intoxicações diárias. Em São  
796 Paulo, no ano de 2014, foram 629 intoxicações por uso agrícola, com três mortes, dados do Sinitox  
797 (Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas). É também relevante dizer que 20% da  
798 pulverização de agrotóxicos no Brasil é feita por meio aéreo e, em São Paulo, corresponde a 11%  
799 da área pulverizada em 2015 no Brasil todo, apesar de o estado de São Paulo ter apenas 2,9% da  
800 área brasileira agricultável. Também o painel do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da  
801 Água para o consumo humano, do Ministério de Saúde, identificou, em 2022, 27 tipos diferentes de  
802 agrotóxicos nas águas que servem as residências em Mogi das Cruzes, na área da APA. E uma  
803 última informação de contexto importantíssima e gravíssima é uma correlação entre as áreas com  
804 maior concentração de pulverização aérea de agrotóxico e taxa de nascidos vivos com má formações  
805 congênitas, problemas relacionados a aborto, problemas relacionados ao sistema nervoso, e esse  
806 estudo ele foi publicado inclusive pelo estado de São Paulo, no Observatório de Vigilância em Saúde  
807 Ambiental. Eu digo isso porque é um tema muito sensível que, vamos dizer assim, o pessoal do agro  
808 tem uma atenção muito grande, e esse caso reflete essa atenção por dois principais motivos, o  
809 primeiro é que a gente não identificou a necessidade de utilização da pulverização aérea na Serra do  
810 Itapeti, não identificou nenhuma medida de fiscalização, não identificou que a proibição da  
811 pulverização aérea vá prejudicar qualquer produtor ou produtora naquela região, porque essa não é  
812 uma prática. O maior fragmento que poderia ser utilizado é de eucalipto dentro de uma RPPN, o  
813 resto são pequenos fragmentos em que o pequeno agricultor sequer faz uso dessa questão. E aqui,  
814 apesar do debate dessa proposta de 150 metros, eu não vejo que ela está respaldada em algum estudo  
815 técnico científico que diga sobre esses impactos e as distâncias. Tem estudo e consolidados sobre

816 os aviões tradicionais e a maior deriva na utilização de agrotóxicos chega a 70%, mas são muitos  
817 fatores, mas não existe para os drones. E aqui, principalmente nos drones, não é só a altura que diz  
818 sobre a dispersão do agrotóxico, são 20 elementos que definem esse risco, que vai do tamanho da  
819 gota, do adjuvante, muitos requisitos para a gente fazer essa análise. E também o desenvolvimento  
820 tecnológico, que é cada vez com drones maiores, inclusive com possibilidade de atuação via enxame  
821 de drones, que são vários drones pulverizando uma mesma região, e na minha forma de ver, não  
822 existem estudos técnicos que digam que essa distância de 30 metros proposta ela é salutar. E vou  
823 além disso, eu acho que mesmo esses 250 metros, na minha forma de ver, com respeito a quem  
824 pensa o contrário, não adiciona uma camada de proteção ambiental, porque na minha forma de ver,  
825 as APAs tem essa função, ela precisa adicionar uma camada de proteção ambiental. E por que essa  
826 faixa de 250 metros, dos significativos remanescentes de vegetação nativa não adiciona uma camada  
827 de proteção? Porque em sua normativa número 2, do mapa, no artigo 10, inciso B, ela diz o seguinte:  
828 Não é permitida a pulverização nos 250 metros de mananciais de água, moradias isoladas e  
829 agrupamento de animais. E eu reflito aqui, nos remanescentes de vegetação nativa significativo  
830 existem ou não agrupamentos de animais? Eu devo partir do pressuposto que sim, sem dúvida, e  
831 não só os vertebrados, porque quando a gente fala animais, a gente pensa nos animais de grande  
832 porte, nos vertebrados, mas a gente esquece dos invertebrados, os animais que compõem a maior  
833 massa de vida no planeta terra, no reino animal, então, um fragmento de vegetação nativa, na minha  
834 forma de ver, congrega agrupamento de animais, apesar dessa resolução normativa do mapa não  
835 dizer exatamente o que são esses agrupamentos de animais. Mas eu creio que nós, aqui no Conselho  
836 Estadual de Meio Ambiente, devemos levar isso em consideração. E concluindo minha forma de  
837 ver, e como eu não sou membro da CT, não pude votar, eu não vejo prejuízo algum a ninguém  
838 manter a restrição de pulverização aérea em toda a zona da APA, não prejudica ninguém, mas induz  
839 aquela região para o futuro que novos cultivos não partam desse tipo de utilização de agrotóxicos.  
840 Nós não estamos restringindo agrotóxico como um todo, é só a pulverização aérea. Eu acho saudável  
841 que a APA diga: “olha, você é bem-vindo para produzir aqui, mas a pulverização aérea, por esses  
842 fatores, não é bem-vinda. E sigo adiante dizendo, olha, o Plano de Manejo prevê, no ponto 1.3  
843 divulgar impactos do uso inadequado de agrotóxicos nos cultivos agrícolas, que faz muita relação  
844 com a necessidade de que a Iracy colocou dos estudos sobre esses impactos, que só é possível dizer  
845 sobre isso a partir dos estudos. E vou além, a diretriz aplicável do ZEE no estado de São Paulo, diz  
846 o seguinte: “viabilizar a emissão de relatórios públicos de acompanhamento de uso de agrotóxicos”.  
847 Além disso, o Plano Diretor de Mogi das Cruzes tem pelo menos três dispositivos que trata do  
848 agrotóxico dizendo sobre a necessidade de estabelecer instrumentos legais de redução e controle do  
849 uso do agrotóxico e controlar a atividade agropecuária e de agroindústria no que se refere ao uso de  
850 agrotóxicos e ao desmatamento. Então, o próprio Plano de Manejo do município está dispondo sobre  
851 isso. E, por fim, quanto a esses fundamentos, o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da  
852 Mata Atlântica, que falávamos agora há pouco, de Guararema, também está em dois vetores  
853 relacionados ao uso do solo. Um deles é ausência de regulação quanto ao agrotóxicos, e outro é  
854 aumento do uso de agrotóxicos com possibilidade de contaminação. Isso são vetores de  
855 desmatamentos indicados no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de  
856 Guararema. Por isso que eu acredito que é muito saudável que vença a proposta, a necessidade de  
857 realização dos estudos, mas na minha forma de ver, deveria ser mantido o texto da proibição da  
858 pulverização aérea, pelo que foi dito aqui, mas também para honrar todo esse trâmite do Plano de

859 Manejo, que foi muito bem apresentado aqui, que essas propostas não surgiram aqui, elas vieram lá  
860 da ponta, passaram por toda a discussão dentro do Conselho Gestor, vieram para a CTBio, vieram  
861 para a plenária do CONSEMA e retornou nesse contexto. Por isso que eu acho que seria adequado  
862 a manutenção da da pulverização, sem limitar ninguém, nenhum produtor, mas que viabilize uma  
863 maior camada de proteção ambiental nessa área da APA do Serra do Itapeti.

864

865 **01:37:26 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Fernando Prioste. Pela ordem, conselheiro  
866 Daniel Smolentzov.

867

868 **01:37:34 Daniel Smolentzov (PGE):** Obrigado, Anselmo, eu queria só que colocassem na tela aqui  
869 a redação que está sendo proposta, que eu tenho uma sugestão de aprimoramento da redação. Mas  
870 isso não é um adiantamento do meu voto, porque eu achei muito interessante os argumentos  
871 colocados aqui pelo conselheiro Fernando, e eu gostaria de ouvir o contraponto antes de firmar o  
872 meu convencimento, mas só para não perder a minha fala, eu vou fazer a proposta aqui redacional.  
873 Se puder colocar na tela, por favor, a redação proposta. Esse, é o 12. Eu faço a sugestão aqui no  
874 caput do artigo 12 de substituir a palavra “poderá” por “será admitida”, porque esse “poderá” dá a  
875 impressão de que há algum juízo de valor de deliberação, e não é o caso. Se forem cumpridos os  
876 requisitos, a pulverização está admitida, não tem nenhum tipo de avaliação. Entendi corretamente?  
877 É isso, não é? Se ele for autorizado pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, a pulverização está  
878 autorizada. Não tem mais nenhuma instância de análise, vamos dizer. Então, em vez de “poderá ser”  
879 é “será” admitida.

880

881 **01:39:51 Iracy Xavier:** É, porque a autorização da Coordenadoria ela é taxativa, sem ela...

882

883 **01:40:01 Daniel Smolentzov:** Não, isso eu entendi. Quando eu coloco poderá ser dá a impressão  
884 que tem mais um juízo de avaliação, tem mais uma avaliação, então assim, o requisito primeiro é  
885 ter a autorização da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. E aí, mais alguém deveria avaliar para  
886 ver se será ou não será, e não é isso que vocês querem, o que vocês querem é: uma vez tendo  
887 autorização da Coordenadoria, está autorizada a dispersão aérea dos agrotóxicos. Não é isso?

888

889 **01:40:32 Iracy Xavier:** É que eu coloquei até para justificar que acho que está certa a sua proposta.

890

891 **01:40:39 Daniel Smolentzov:** Esse não é meu voto, viu? Eu quero ouvir o contraponto dos  
892 argumentos do conselheiro Fernando.

893

894 **01:40:46 Anselmo Guimarães:** Deixa eu só convidar o conselheiro Roberto Resende antes de  
895 passar a palavra para o Rodrigo e para a Cristina Murgel.

896

897 **01:40:46 Roberto Resende:** Bom, inicialmente, endossar aqui a manifestação do Fernando, as  
898 manifestações, e acrescentar dois pontos que eu pediria que fossem tratado em separado. Primeiro  
899 assim, em reforço a observação e a proposta dele de manter essa restrição mais ampliada, como  
900 estava colocado inicialmente, também vem uma questão de ordem prática, que quando se exclui no  
901 mapa as áreas de proteção lá da vegetação significativa, a faixa de entorno, mais área urbana, então,

902 na prática, quando se somar sobreposições que tem quanto ao uso da pulverização aérea, o que sobra  
903 de fato nesse território para poder usar avião, né? Então, eu não sei o quanto vai ser efetivo isso,  
904 porque a gente lembrar de toda a questão da biodiversidade também, proteção das populações  
905 humanas. Então, e de todos os atributos da APA, lembrar disso também, que é uma área um tanto  
906 urbanizada também. E reforçar a proposta do Fernando. Em separado, sem prejuízo disso, por uma  
907 questão de coerência conceitual, a gente viu aqui uma contradição que, no artigo 12, eu sei que é  
908 uma proposta de esforço aqui, de conciliar redação, escapou uma palavra “defensiva” que é  
909 contraditória tanto com a lei federal quanto com a lei estadual de agrotóxicos. Então, a gente pediria  
910 aqui em separado, independente disso, uma correção ali no parágrafo primeiro, do artigo segundo,  
911 o termo defensivo escapou ali. Talvez por, acho que é um termo que a gente se bate tanto, e tanto  
912 na lei federal quanto na lei estadual é agrotóxico, então o conceito. Então destacar esse ponto sem  
913 prejuízo da discussão principal, mas só para manter a coerência também conceitual. Obrigado.

914

915 **01:42:47 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Conselheiro Rodrigo Levkovicz.

916

917 **01:42:51 Rodrigo Levkovicz:** Eu vou fazer um contraponto, obviamente, não contrariando os  
918 argumentos que o Fernando trouxe, porque acho que essa questão envolve mais também uma  
919 questão filosófica, de agrotóxicos, produtos orgânicos. E eu acho que o melhor dos mundos é a gente  
920 caminhar para cada vez mais ter uma agricultura de baixa pegada, mas eu vejo a proposta como um  
921 avanço do que existe. Então, acho que a gente tem que olhar ela, o que existe hoje? Não tem  
922 nenhuma regulamentação pensando em biodiversidade. Acho que esse é o ponto. Existe  
923 regulamentação de pulverização aérea para aglomerados urbanos, comunidades mais isoladas, água,  
924 mas não tem uma relativa a fragmentos com biodiversidade. Então o Plano de Manejo ele se  
925 preocupa em acrescentar uma proteção que hoje não existe, então acho que isso é importante, e ele  
926 também se preocupa em induzir um processo menos impactante. A gente pode visitar pulverização  
927 com drones, ela é menos impactante mesmo, tem várias questões, e aí, o que a gente colocou é não  
928 tomar isso com uma verdade absoluta, mas solicitar que a autoridade competente demonstre isso  
929 nos autos. E aí a gente tem a construção de uma metodologia científica para abrandar uma regra  
930 posta analogicamente ao que se tem para produção animal. Então, é mais ou menos isso, a visão foi  
931 essa, então de acrescentar algo que não existe sabendo que esse foi um movimento possível  
932 negociado com o setor. E aí eu acho que é o ganho e é um processo dinâmico de aperfeiçoamento,  
933 mas nesse momento é um ganho importante.

934

935 **01:44:54 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Cristina Murgel, depois Trani.

936

937 **01:45:00 Cristina Murgel:** Bem, primeiramente, eu queria registrar aqui um agradecimento à  
938 equipe da SEMIL no sentido de ter uma abertura e uma conversa extremamente técnica,  
939 extremamente aberta que tivemos na CTBio para costurar esse texto e levar à CTBio uma proposta  
940 que, como o Rodrigo disse, Prioste, é uma proposta que enxerga o futuro e reconhece que essa  
941 matéria não vai ser solucionada com um artigo fica proibido. A gente que tem um pouquinho mais  
942 de cabelo branco sabe que nem sempre, numa política pública, a proibição é o melhor caminho,  
943 principalmente na área ambiental. A questão do agrotóxico, defensivos, há controvérsias, porque  
944 quando a lei coloca agrotóxico, ela coloca também os defensivos, e até os de uso biológicos, os

945 princípios ativos. Então, o que a gente enxerga? Que ninguém está usando o agrotóxico porque quer,  
946 ninguém usa um remédio porque quer, ninguém usa um remédio antes de acontecer o problema.  
947 Proibir simplesmente por proibir não quer dizer que nessa área amanhã eu não tenho um problema.  
948 Um problema para um pequeno agricultor, um pequeno fomentado pela cadeia florestal. O que nos  
949 cabe como poder público? Construir algo que leve a um caminho. E foi isso que a gente está  
950 trazendo. É um caminho. Qual é a referência que a gente tinha? Ela é a ideal? Não é. Ela está longe  
951 de ser a ideal, mas é a que tem. E tecnicamente, nós não podemos tirar da cartola algo que a gente  
952 não tem. O 250 metros está aí, está colocado, está colocado pelas normas do país, então vamos  
953 começar com ele. Ah, isso vai ser repetido em todas as APAs? Não, não vai, por quê? Porque as  
954 APAs são diferentes, mas elas não são diferentes só em termos de fragmento de vegetação, elas são  
955 diferentes em termos de produção, em termos de perfil de produtor, em termos de capacidade de  
956 lidar com o problema no território, e nós vamos para as próximas APAs olhando as próximas APAs.  
957 Não adianta, eu não vou antecipar a discussão aqui de uma matéria que eu ainda não cheguei. Então  
958 é isso que nós estamos enxergando. Então assim, pelo lado da agricultura, eu queria dizer o seguinte,  
959 essa é uma matéria prioritária, o atual secretário já encaminhou, já está no palácio, na mão do  
960 governador a regulamentação da lei de agrotóxicos. Estamos dando mais um passo nessa  
961 regulamentação. Temos outras iniciativas que estão sendo discutidas. Essa redação trazida aqui, ela  
962 tem uma sutil adicional que eu gostaria que todos observassem, é trazer a defesa agropecuária para  
963 a linha de frente. Nós precisamos reconhecer quem são os órgãos técnicos do estado, que devem  
964 falar sobre a matéria e que devem ser, sim, chamados a agir, e é isso que nós fizemos. Ao trazer essa  
965 proposta para CTBio, eu sentei com a assessoria técnica do gabinete, sentei com o secretário e  
966 fizemos essa observação. A defesa agropecuária do estado de São Paulo tem um papel  
967 importantíssimo, inclusive nesse momento nós estamos trabalhando com uma praga violentíssima  
968 sobre os nossos laranjais, estamos sendo acionados e buscando todas as ajudas possíveis para que  
969 os laranjais do estado de São Paulo sejam preservados, e é nesse tópico que a agricultura vai  
970 trabalhar. E é essa a missão que a agricultura tem dentro desse conselho, trazer o lado da produção.  
971 E quando a gente diz o lado da produção, é a produção de todos os tamanhos possíveis e de todas  
972 as culturas possíveis. Graças, felizmente, nós estamos em um estado altamente diversificado, tanto  
973 em perfil de produtor, tamanho de propriedade, tipos de cultura, mercados, e nós temos que ter todos  
974 os olhares. Então a gente traz essa proposta de uma forma muito confortável, o Prioste lembrou aqui  
975 o caso de Botucatu, que esse seja o início de uma solução para a região de Botucatu, porque aquela  
976 região, sim, tem uma complexidade enorme, um valor para conservação enorme, um valor para  
977 produção agrícola enorme, e que nós vamos precisar equilibrar, equilibrar os pratos, e é isso que nós  
978 estamos fazendo. E quis o destino, e talvez de uma forma muito positiva, que a gente iniciasse com  
979 uma região menos complexa, menos complexa da discussão. Talvez a pulverização não ocorra aí  
980 mesmo, mas a gente já está plantando um embrião e já está vislumbrando uma política que vai além  
981 da proibição. Eu acho que é esse o dever do poder público. Proibir é o caminho mais fácil. Proibir  
982 é o caminho mais fácil para todos nós. Põe aí no Decreto, está proibido. Isso vai solucionar o  
983 problema? Eu acho que nós todos aqui temos experiência suficiente para saber que não resolve, não  
984 é suficiente. Então eu deixo aqui a posição da Secretaria da Agricultura. Mais uma vez agradeço ao  
985 CONSEMA por ter dado a abertura dessa discussão, nós iniciamos, não só nós, a Faesp também  
986 pediu vistas na ocasião, sabemos da responsabilidade que é parar a aprovação de um Plano de

987 Manejo, mas sabemos também da nossa responsabilidade com as matérias que temos sobre nossa  
988 competência.

989

990 **01:51:27 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Cristina Murgel. Conselheiro Eduardo Trani, por  
991 favor.

992

993 **01:51:33 Eduardo Trani:** Bem, eu não poderia deixar de me manifestar num voto como esse,  
994 ouvindo todos os colegas. Pela inicial, queria dizer aqui ao subsecretário que falo, obviamente, pela  
995 experiência na área ambiental e de planejamento, muito mais do que hoje representando só a  
996 Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Eu queria fazer coro, e foi bom falar depois da Cris, que  
997 ela já percorreu um caminho grande, mas é um pouco e depois de ouvir, obviamente, a tua arbução,  
998 Prioste, não só sua como de inúmeros outros participantes, que têm feito, ao longo do tempo, uma  
999 evocação das questões que nós precisamos caminhar muito na questão, obviamente, do tratamento  
1000 dos agrotóxicos no Brasil, em São Paulo e etc. Trata-se, entretanto, me parece, de entender a  
1001 evolução dos instrumentos de planejamento de território, não são simples, e eu queria aqui só dar  
1002 um testemunho histórico e dizer o quanto nós temos avançado, pela experiência que tivemos, eu  
1003 lembro muito bem em 2022, quando houve uma paralisação em relação à APA de Itapeti, tudo tinha  
1004 que ser parado, nós ali naquela época, a Secretaria da Agricultura não tinha alternativa, nós  
1005 aprovamos, a Iracy mostrou bem o processo de aprovar esse indicador, mas eu queria só dizer o  
1006 seguinte, no Brasil, e quem criou o instituto na primeira lei de APAs foi justamente o nosso grande  
1007 mestre, doutor Paulo Nogueira Neto, lá atrás, em 1981, com a famosa lei 6.902. Doutor Paulo,  
1008 quando trouxe esse modelo para o Brasil, e eu retomo esse tema pela importância que ele tem, ele  
1009 justamente cria um instrumento que é intermediário entre as Unidades de Conservação e algo sobre  
1010 as propriedades privadas, e eu me lembro que eu era muito jovem, vim trabalhar na Secretaria do  
1011 Meio Ambiente com Fábio Feldman à época. Faço esse testemunho para mostrar justamente a linha  
1012 de evolução. Vários colegas estão aqui comigo e lembram bem. Numa das reuniões, a doutora Stela  
1013 Goldenstein me pediu, falou: “vai falar com o doutor Paulo”, porque afinal, eu virei o coordenador  
1014 da CPLA naquela época, em 95, “e você vai ter a grande tarefa de pensar saídas para a gente fazer  
1015 a regulamentação das APAs no estado de São Paulo”, as apas já haviam começado a se criar nos  
1016 anos 90. E nessa reunião me ficou muito marcado o que ele falou para mim, pessoal, trabalhava com  
1017 ele, ele fazia parte desse CONSEMA, e ele disse: “Trani, nós temos que pensar o que fazer, eu não  
1018 sei o que fazer com esses instrumentos. Talvez seja o instrumento mais difícil de nós  
1019 normatizarmos”. E foi por isso, inclusive, que ao longo de muitos anos, nós não conseguimos  
1020 colocar regras para a criação das APAs. Se vocês estudarem todas as APAs, Fundação Florestal está  
1021 aqui, sabe, há algumas APAs dos anos 90 que elas já são taxativas com o enforcement, depois elas  
1022 foram diminuindo o enforcement. Por que elas não tiveram o enforcement? Porque elas queriam  
1023 justamente remeter aos Decretos que seriam posteriores. Então, o que era por lei, depois teve que  
1024 virar Decreto e etc. Então, eu reforço isso pelo fato de que não só o tema de agrotóxico com outros  
1025 temas, eles retornam a esse conceito, eles retornam a essa Secretaria e a evolução dos instrumentos,  
1026 faço aqui coro a minha parceira ao longo desses anos, a doutora Lúcia Sena, desde a primeira APA  
1027 que nós fizemos, se não me falha a memória, foi a gestão, justamente, da APA de Capivari, Jundiaí,  
1028 lá no começo dos anos 90. E nós não sabíamos, não tínhamos solução. O próprio doutor Paulo  
1029 perguntou a mim, a equipe, ele dizia: “que nós vamos colocar? Que restrições, não restrições”, o

1030 que a Cris falou, dizer não, não é bom, dizer sim, a gente sabe o que é sim, nós temos que evoluir.  
1031 E são, eu acho que mais de 40 anos de implementação e eu acredito que hoje, queria só reforçar,  
1032 desculpa, tomar um tempinho, mas o que a Iracy trouxe a esse conselho é que nós conseguimos uma  
1033 normatização importantíssima de 2016 para cá, que foi a nova metodologia dos Planos de Manejo.  
1034 Ela é democrática porque ela trouxe para o estado de São Paulo uma discussão aprofundada. Mais  
1035 uma vez, quero lembrar, a Lúcia teve conosco, Iracy, Nalon, de tantos, Nereia, nós discutimos passo  
1036 a passo a evolução. Em 2022, há uma crise por conta de remeter a questão dos agrotóxicos e aqui,  
1037 repito, o que o Rodrigo disse, repito, o que a Cris disse, viu, Prioste, e ao Roberto, não que a gente  
1038 não esteja preocupado, obviamente, com o tema de agrotóxico e os seus impactos, mas nós  
1039 avançamos e estamos avançando com a resolução de hoje. Eu fiquei feliz, não participei da CTBio  
1040 como conselheiro, mas acho que é uma solução muito boa, e por que ela é boa? Porque ela avança  
1041 olhando o futuro, e porque ela permite que a gente coloque monitoramento, e são as evidências  
1042 técnicas necessárias, e eu faço um apelo aqui, que isso se faça por meio não só dos produtores rurais  
1043 que tem que trazer as evidências, mas como as universidades que têm que participar, nós temos que  
1044 trazer ali nessa região do Itapeti, vocês sabem que as universidades têm projetos em cima da mesa,  
1045 eles vieram trazer para nós para monitorar justamente os efeitos da floresta ali. Então, há uma série  
1046 de pesquisas e a grande vantagem é que o instrumento justamente que nós vamos nos valer, que são  
1047 os Decretos, eles podem ser alterados e vem sendo alterados com o tempo. Acho que a nossa  
1048 obrigação é zelar, estabelecer um pacto com o setor econômico, que foi a maior dificuldade em  
1049 2022. Nós quase paramos, quase não saiu a APA, aí a gente disse, não, uma APA é mais importante  
1050 do que a gente não resolveu o item do agrotóxico. E remetemos à CTBio. Eu acho que hoje a CTBio  
1051 de forma muito madura, traz uma novidade, novidade essa que nós vamos ter que replicar ou não, e  
1052 aí vamos ver como vamos fazer, mas eu reforço que as tuas sustentações de base que eu quero só  
1053 repetir, não são suas, stricto sensu do ISA, são de uma enorme parcela da sociedade que se preocupa  
1054 com isso, nós todos estamos preocupados com isso, mas nós temos que imaginar que é um  
1055 instrumento de regulação do uso do solo. É uma coisa complexa, a criação do instrumento da APA  
1056 e suas formas de efetividade, como o próprio doutor Paulo, estou relembando isso, que é muito  
1057 histórico e diz, eu não sei o que fazer, vamos pensar, você tem que quebrar a cabeça com isso, e eu  
1058 acho que nós quebramos a cabeça. São 40, quase 40 anos. Avançamos muito dos primeiros decretos  
1059 de APA, que eram muito antigos e que hoje criam um problema lá na ponta. Maila não tem como  
1060 resolver. O Rodrigo não tem como resolver quantas APAs, não é, Rodrigo, estavam anacrônicas do  
1061 ponto de vista da legislação inicial. Então faço esse testemunho um pouco assim apaixonado pela  
1062 ideia, dizendo que já avançando, obviamente, no meu voto, eu totalmente favorável à redação que  
1063 traz e parabenizar a Secretaria por estar coordenando, viu Jonatas, e abrir esse diálogo com a CTBio,  
1064 que é um diálogo aberto, todos participaram, e pelo que eu percebi, foi por unanimidade. Creio que  
1065 pelo menos pelos membros que estão lá, e eu acho que estão de parabéns. Eu acho que a gente tem  
1066 que olhar os instrumentos de planejamento de território, com uma visão de futuro, com uma visão  
1067 de que nós não sabemos tudo e que há uma série de interferências que têm que ser vistos no processo  
1068 e no tempo. Perdão em me alongar, mas eu acho que sobre esse tema, eu até por ter participado ao  
1069 longo desses anos do debate de planejamento de território, acho que é muito importante e reforço a  
1070 sua posição, Prioste, de que é uma preocupação enorme a questão do debate de agrotóxico em  
1071 inúmeras outras questões que não só na regulação de um instrumento preciso, que é uma APA.  
1072 Muito obrigado.

1073

1074 **01:59:04 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Trani. Só chamar o conselheiro  
1075 Eduardo Leduc para fazer uso da palavra, conselheiro Prioste já manifestou interesse.

1076

1077 **01:59:15 Eduardo Leduc:** Bom dia a todos. Na minha visão, os 250 metros são bastante viáveis.  
1078 Trabalhei muitos anos nesse segmento, os estudos mostram claramente o quanto eles são eficientes  
1079 para evitar que a deriva atinja organismos não alvo da aplicação. O grande problema, na minha  
1080 visão, está no mau uso, e o mau uso pode ser com qualquer tipo de aplicação. Se você aplicar fora  
1081 desses 250 metros, mas num corpo hídrico, porque ele não está nos 250 metros, para mim, a restrição  
1082 deveria valer também para qualquer manancial e corpos hídricos. Daí vem a contaminação até de  
1083 riscos em águas e mananciais que a gente tem. Agora as regras, os estudos feitos pelo Ibama, pela  
1084 Anvisa, são estudos muito grandes e com parâmetros internacionais e que dão essa segurança. O  
1085 mau uso é que talvez possa ser minimizado neste projeto com capacitação. Se a gente tivesse nesse  
1086 projeto um aumento de capacitação, existe um programa sendo desenvolvido a nível federal agora,  
1087 que chama Aplicador Legal, que acredito que em 2026 todos os aplicadores defensivos agrícolas no  
1088 Brasil, ou agrotóxicos, deverão ser capacitados. Se neste projeto, numa área ligada à APA, Unidade  
1089 de Conservação, a gente conseguisse antecipar e priorizar que qualquer aplicador esteja capacitado,  
1090 nós temos no estado de São Paulo, o IAC, Senar, com estruturas espetaculares. Eu acredito que a  
1091 chave do problema está nesse mau uso, o que diferencia um remédio de um veneno é a dose e o mau  
1092 uso dele. Os agrotóxicos tem realmente seus problemas, muito menores do que medicamentos, e a  
1093 grande incidência quando existe um óbito, geralmente é por tentativa de suicídio, assim como os  
1094 medicamentos. Agora, proibir não é o caminho, na minha visão também. Eu acho que os 250 metros  
1095 restringe bastante e, principalmente, que não é só 250 metros, é 250 metros com aviso, com laudo,  
1096 com o responsável técnico. Então, eu acredito que isso daí vai mitigar mais ainda o uso, e só vai ser  
1097 utilizado realmente quando tiver um problema muito grave que ele precise realmente aplicar, porque  
1098 ele vai perder toda a lavoura. E uma área não tratada, uma área não tratada com determinados tipos  
1099 de praga prejudicam muito mais a Unidade de Conservação, porque essas pragas começam a migrar  
1100 para se alimentar das Unidades de Conservação também. Então, na minha visão, acho que é um  
1101 grande avanço que está sendo feito e dá um parâmetro, e estudos sempre tem que ser feito. E mais,  
1102 Botucatu faz, a universidade faz estudos espetaculares sobre defensivos, tem que fazer mais estudos  
1103 de deriva de drone, concordo, mas eu acho que proibir não é o caminho na minha visão.

1104

1105 **02:02:13 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Leduc. Passo a palavra, então agora, para  
1106 uma segunda rodada, o conselheiro Fernando Prioste, o subsecretário Jonatas vai fazer o  
1107 pronunciamento logo após e também o Nalon, com os restantes dos esclarecimentos. Depois dessas  
1108 falas, já queria pedir para a gente passar à votação, depois desse fechamento. Então, conselheiro  
1109 Fernando Prosti, por favor, seus comentários.

1110

1111 **02:02:36 Fernando Prioste:** Acho que o rico é o debate, no final das contas, que possibilita a gente  
1112 ir formando camadas de conhecimento e de relações que são técnicas, mas também são políticas  
1113 nesse tema, porque nenhuma técnica se resolve sem política. E para seguir nesse debate, acho assim,  
1114 aqui nós não estamos tratando daquela situação, que eu também não concordo, como advogado, do  
1115 comando controle, restringe, acabou o problema. Não é o Decreto do prefeito que proíbe a chuva

1116 que vai resolver o problema, mas aqui nessa situação específica a gente tem um cenário em que não  
1117 se utiliza a pulverização aérea de agrotóxico e a proibição não é uma restrição para quem não se use  
1118 e de quem usa, é um indicativo na linha do desincentivo à utilização dessa prática, lembrando que a  
1119 gente está tratando só da pulverização aérea, a gente não está proibindo o uso de agrotóxicos na  
1120 APA. Eu acho que essa é uma questão importante para ficar nítida, e depois porque esse dispositivo  
1121 da proibição ele também é fruto do processo democrático de discussão desse plano de manejo que,  
1122 como foi apresentado aqui, veio lá da base. Não foi algo que alguém chegou em algum momento e  
1123 falou, vou proibir para resolver o problema. A medida da proibição é um desincentivo a esse tipo  
1124 de prática sem que se deixe de praticar outras formas de utilização de agrotóxico. Duas coisas  
1125 dialogando com o Rodrigo, que é, de fato, não existe na legislação, na sua normativa número dois,  
1126 uma referência explícita à biodiversidade. Na minha forma de ver, porque não vem de um órgão que  
1127 trata dessa matéria, vem do Ministério da Agricultura, que trata de outras questões, mas quando trata  
1128 ali dos agrupamentos de animais, embora eles estejam pensando, eu acredito no, vamos dizer assim,  
1129 no gado, alguma coisa nesse sentido, trata também dos animais que estão nesses fragmentos,  
1130 incluindo, como eu havia dito, os vertebrados, invertebrados, os insetos e o potencial que eles têm  
1131 de polinização. Enfim, por isso que eu acredito que esse tipo de medida não acrescenta uma camada  
1132 a mais porque a própria resolução número dois do mapa ele diz assim, ó: 500 metros de povoações,  
1133 cidades, vilas, bairros, mananciais de captação de água para abastecimento, e 250 metros para  
1134 mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais. Porque a gente está escolhendo  
1135 250 e não 500? Qual é a base técnica num determinado estudo científico que diga: olha, para esses  
1136 fragmentos de vegetação nativa é melhor 500, e não 250? Ou melhor, 250, e não 500? E na minha  
1137 forma de ver, ele já está abarcado por esse dispositivo dos 250. Então eu acho assim, é um debate  
1138 que, com todo respeito, ele não está baseado na ciência, porque a gente não tem uma demonstração  
1139 técnica científica dizendo que esses 250 metros é bom, ou os 500 metros é melhor para restringir  
1140 esse tipo de prática, lembrando que é só a pulverização aérea que nós estamos discutindo aqui. E  
1141 por fim, duas questões: eu entendo que o debate que está sendo feito aqui, e eu acho que é um debate  
1142 profícuo, viu, conselheira Cristina, que é o possível negociado com o setor, porque o setor agro tem  
1143 uma posição muito firme, não é na utilização, que eu concordo, que não é uma questão, eu quero  
1144 usar agrotóxico, mas é que o modelo da agricultura é baseado e orientado num determinado pacote  
1145 tecnológico. Não existe qualquer tipo de agricultura, ou modalidade, ou cultivo que prescindia 100%  
1146 da utilização de agrotóxicos no sentido de não ser necessário, porque é possível produzir todos os  
1147 produtos de forma agroecológica, o que não existe é instrumento, ferramenta, política pública de  
1148 incentivo à produção dessa forma, e para mim, e esse debate vai chegar aqui em algum momento,  
1149 na APA dos quilombos, lá do médio Ribeira, muito nítido na produção de banana, porque os médios  
1150 e grandes utilizam pulverização aérea para sua produção de banana lá, e os quilombolas não utilizam  
1151 e produzem na mesma quantidade e qualidade com valor agregado maior porque é sem agrotóxico.  
1152 Por fim, a gente discutiu isso na reunião da CT, eu acho que uma questão para a gente pensar, senhor  
1153 secretário, é no relatório de qualidade ambiental e a questão dos agrotóxicos, porque hoje nós não  
1154 temos um relatório de qualidade ambiental, uma avaliação sobre os impactos do agrotóxicos, não  
1155 temos uma metodologia desenvolvida e não temos também as ferramentas para medir esse impacto.  
1156 Eu sei que isso não vai ser feito de uma hora para outra, mas os impactos dos agrotóxicos precisam,  
1157 eu digo, no Relatório de Qualidade Ambiental, mas os impactos dos agrotóxicos precisam ser  
1158 medidos no Relatório de Qualidade Ambiental. E os paradigmas para sua medição, na forma e na

1159 visão que parta do meio ambiente, e não só na visão do Ministério da Agricultura, eu acho que isso  
1160 seria importante para o futuro adequar no Relatório de Qualidade Ambiental.

1161

1162 **02:07:16 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Por favor, senhor presidente Jonatas.

1163

1164 **02:07:23 Jonatas Trindade:** Esse ponto em relação ao Relatório de Qualidade Ambiental a gente  
1165 tem que discutir mesmo para ver como é que pode ser trabalhado. A questão da educação ambiental  
1166 também é outro fator, até na questão da utilização ou não de agrotóxico defensivo nas culturas. Eu  
1167 acho que assim, o ponto da discussão que foi levado para a CTBio foi muito no sentido da proibição  
1168 irrestrita, sem se pensar em meios de buscar o uso de tecnologias mais modernas, e esse eu acho que  
1169 foi um dos focos que a gente tentou direcionar. Ele gera um prejuízo, porque assim, o que a gente  
1170 acompanha, pelo menos o que eu tenho acompanhado em relação ao assunto, que as pessoas, elas  
1171 são muito mais contaminadas quando elas fazem aplicação ali na ponta, no solo, do que aquelas que  
1172 têm um controle, ou tem uma medida de controle, como que está sendo proposto aqui. Aplicação  
1173 aérea é um problema, não é algo que a gente vai falar que não gera a deriva, ou que não gera um  
1174 problema, mas que pode ser trabalhado inclusive na forma como está sendo proposto. Mas assim,  
1175 do que a gente tem visto, o problema de contaminação, principalmente das pessoas, das pessoas  
1176 ficarem adoentadas ou terem algum problema de saúde, é muito em decorrência da falta de um  
1177 controle ou de um cuidado maior na forma de aplicação e na forma de se proteger, pelo menos isso  
1178 que eu tenho visto e tenho acompanhado em relação a essa matéria. E a proposta visa exatamente  
1179 isso, modernizar a técnica de pulverização, ou seja, induzir uma política de pulverização utilizando  
1180 técnicas mais modernas, e como o Rodrigo colocou, a questão da utilização do drone, ele possibilita  
1181 isso sim, a deriva é bem menor, a gente sabe que as condições climáticas interferem nisso, mas até  
1182 por conta da altura e a forma da aplicação, ele direciona e minimiza esse impacto da aplicação. E a  
1183 questão do monitoramento também, ele visa reforçar nesse contexto um maior controle e um  
1184 resultado mais efetivo do que se espera. Eu acho, assim, que a falta de regra ou a proibição, ela não  
1185 é a solução, nunca vi isso funcionar no meio ambiente, muito pelo contrário. E trabalhar numa  
1186 sistemática em que se procure outras metodologias, ela, sim, ela traz uma maior segurança. Pelo  
1187 menos a minha experiência profissional, em especial em relação ao licenciamento ambiental, toda  
1188 vez que a gente vê uma proibição irrestrita ela vem para não funcionar e quando a gente estabelece  
1189 uma regra ou um parâmetro em que tenha um fundamento e que tenham acompanhamento ou um  
1190 controle mínimo de autorização e de resultado em relação ao que está sendo acompanhado, a gente  
1191 vê que o resultado é muito mais efetivo, e que acaba induzindo uma prática muito melhor. Eu acho  
1192 que, nesse sentido, a discussão no grupo foi bem consensuada no sentido de entender a necessidade  
1193 de estabelecer uma regra que fosse mais prática e factível. E eu entendo que a construção da  
1194 proposta, ela realmente tem um fundamento, apesar de você ter indicado que não tem um  
1195 fundamento técnico, mas eu entendo que tem um fundamento técnico, sim, em decorrência dos  
1196 resultados que têm sido acompanhados ao longo do tempo em outras experiências da própria  
1197 aplicação aérea. Então, era isso que eu gostaria de colocar, eu acho que não foi uma construção  
1198 vinda da agricultura, muito pelo contrário, foi uma construção proposta inclusive pelo meio  
1199 ambiente, no sentido de se ter uma regra e enxergar uma forma de proteger a biodiversidade, ter um  
1200 olhar direcionado para a biodiversidade e entendo que é uma proposta boa, uma proposta que tem  
1201 coerência técnica e uma amarração específica com um olhar no impacto sobre a flora e a fauna no

1202 contexto da APA, em específico, isso não significa que precisa ser replicada para outras APAs, mas  
1203 na construção que foi feita é uma saída técnica, boa e que traz uma segurança para todos nós em  
1204 relação ao tema. Eu acho que era isso que eu gostaria de externalizar. Eu realmente fiquei muito  
1205 feliz pela forma como teve a maturidade técnica da discussão do assunto. A discussão foi realmente  
1206 uma discussão franca, uma discussão técnica, uma discussão em que se buscou a melhor proposta  
1207 para a solução da questão. Então entendo que é uma forma factível de se implementar uma política  
1208 pública com um controle que vai trazer efetividade no que se espera.

1209

1210 **02:12:33 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, senhor presidente. As posições aqui colocadas é  
1211 um debate que ainda vai se prosseguir. Você ainda quer fazer algum complemento, Nalon? Por  
1212 favor.

1213

1214 **02:12:45 Marco Nalon:** Bom, depois, fazendo o conjunto de tudo que já foi dito, já cortei várias  
1215 falas minhas, mas fazendo um pouco, como você colocou, Trani, da vivência que a gente tem de ver  
1216 isso passar pelo CONSEMA, e sempre, realmente, o que você colocou, Prioste, é um fato, as  
1217 estatísticas que nós temos, de dados, realmente são mais os efeitos nocivos, como você colocou e a  
1218 carência de dados técnicos. Então eu acho que agora, nesse momento aqui, tem uma grande  
1219 oportunidade de quebrar essa inércia que é o que eu tenho visto, pelo menos no meu tempo de meio  
1220 ambiente, que eu já fui novinho aqui, agora eu já não sou mais, de quebrar um pouco dessa inércia,  
1221 de não tomamos a decisão ou uma normativa, porque não temos dados técnicos, e também não temos  
1222 dados técnicos porque ninguém avança nessa discussão, fica uma roda viva. E acho que aqui nesse  
1223 ponto, nós temos não só a indicação da normativa do Ministério da Agricultura, de 250, 500 metros.  
1224 Com certeza existe algum embasamento técnico para isso, não veio simplesmente do nada. Não  
1225 saberia dizer exatamente qual indicador, assim como também nós não temos estudos que  
1226 comprovem o quanto, de uma forma mais categórica ou conclusiva, das questões da biodiversidade.  
1227 Sabe-se do impacto em toda a flora e a fauna, que pode ser possível, esses 250 metros, mesmo que  
1228 fossem 500, se for um dia de vento excepcional, pode ocorrer um dano tão grande quanto a  
1229 proibição, não tem o controle de tudo, como disse o Leduc, o mau uso é o nosso maior inimigo. E  
1230 por conta disso, de trazer essa normatização para esse plano, ainda que a pulverização aérea seja de  
1231 um uso remoto na área, não acredito que ela vai realmente induzir, porque quem tiver olhando essa  
1232 área e conhece, fala: bom, aqui a gente não aplica isso mesmo, não tem condições. E se passar pela  
1233 cabeça em aplicar, fala: ó, pelo menos eu sei que eu tenho que seguir essa norma. Não é totalmente  
1234 proibido, eu não vou fazer isso regularmente ou de uma forma por baixo dos panos ali, ele vai seguir  
1235 uma regra. Então a gente traz esse elemento da defesa agropecuária, dessa Coordenadoria que  
1236 assume um papel técnico, que eu acho muito importante, Cris, que era uma lacuna que a gente tinha.  
1237 Quem disse, pode ou não? É o próprio estado, tem uma Coordenadoria com essa competência, e  
1238 com esse poder legal de dar essa autorização. Se a questão sempre foi a precaução, princípio da  
1239 precaução. Acho que a inserção da defesa agropecuária traz alguma segurança técnica e jurídica  
1240 para tomada de decisão. E por final, se não fosse também essa inserção, a gente ficasse, ah, fica  
1241 como está, está proibido, a gente não teria tido dois grandes avanços nesse plano que realmente  
1242 podem servir de inspiração para planos futuros, que é essa visão das áreas de interesse e de  
1243 conservação que não vão olhar APAs ou outros tipos de Unidades como um território homogêneo,  
1244 mas vamos realmente buscar tributos para se debruçar sobre eles e também a proposta que a gente

1245 está trazendo inserção nos programas, principalmente no programa de pesquisa, no socioambiental  
1246 de comunicação e capacitação do uso, já pegando um pouco dessa linha, e realmente a gente  
1247 implementar projetos de pesquisa na área, e aproveitando que é uma área pequena, um APA  
1248 pequena, é muito mais fácil de interagir ali, para se ter um avanço realmente na questão técnica.  
1249 Então, se não vai haver, nesse momento agora, a aplicação da pulverização, a gente sabe que no mês  
1250 que vem vai aparecer outra APA que a gente vai ter que discutir o assunto, a gente retomaria tudo.  
1251 Eu acho que a gente sai de um ponto marco zero aqui. Sempre que eu falo marco zero é referente a  
1252 mim mesmo, Marco, um marco para a gente avançar mais ainda nas próximas discussões. É isso  
1253 que eu queria colocar.

1254

1255 **02:17:30 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Marco Nalon, pelo fechamento aqui. Gostaria, então,  
1256 agora de submeter aqui a proposta que foi colocada, apresentada pela CTBio ao plenário do  
1257 CONSEMA. Nós estamos aqui com o quórum de 29 conselheiros presentes, no nosso formato  
1258 híbrido. Submeto então à primeira consulta aqueles que se opõem à aprovação.

1259

1260 **02:17:55 Fernando Prioste:** Anselmo, só para encaminhamento da votação, a gente divide em dois.  
1261 Uma parte é a parte do artigo 12 seguinte, e acho que assim, ou o novo texto ou texto anterior; e a  
1262 outra parte é a parte dos estudos que estão no anexo, que eu acho que seria interessante se pudesse  
1263 separar a votação desses dois dispositivos.

1264

1265 **02:18:10 Anselmo Guimarães:** É uma votação subsidiária a outra. Primeiro a gente contrapor a  
1266 questão da pulverização e o texto novo, e o segundo para não prejudicar a votação de um ou outro?  
1267 Com relação ao destaque da palavra defensiva em detrimento à utilização do termo agrotóxico,  
1268 alguém gostaria de fazer algum adendo sobre isso?

1269

1270 **02:18:38 Daniel Smolentzov:** Não, também só lembrar do meu destaque, do “poderá ser” por  
1271 “será”.

1272

1273 **02:18:42 Anselmo Guimarães:** Eu queria propor, então, antes da gente submeter o conjunto se a  
1274 gente já pode votar com essas 2 adequações, o “poderá ser” por “será”, no caput do artigo 12, e  
1275 também a utilização do termo “agrotóxico” em lugar da “defensivo”. Alguém tem alguma  
1276 manifestação em contrário com relação ao texto? Perfeito, então a gente já vai votar então, primeiro  
1277 com relação a redação, conforme proposto pelo conselheiro Prioste. Vou dividir em duas. Então vou  
1278 submeter aqui a consulta dos conselheiros, primeiro lugar a quem se opõe à proposta da CTBio  
1279 atual, ou seja, esse regramento com relação aos 250 metros, artigos 11, 12 e 13, em detrimento à  
1280 proibição dos agrotóxicos. Então, por favor, temos um voto do conselheiro Fernando Prioste, três  
1281 votos, então são quatro votos aqui. A conselheira do MP, votando também conforme, quatro votos,  
1282 aliás, cinco. Temos cinco votos, então, a favor da manutenção do texto anterior, que é a proibição  
1283 dos agrotóxicos, seis aqui agora com o conselheiro Andrés também voltando. Vou pedir, então,  
1284 abaiquem as mãos aqui as nossas mãos virtuais. Peço então aqueles que se abstêm, por favor,  
1285 registrem a sua abstenção. Não temos nenhuma abstenção. E agora peço que, nós estamos com  
1286 quórum de 29, então, os favoráveis permaneçam como estão. Então, por 23 votos a 6, fica então  
1287 aprovada a inserção da redação aprovada pela Comissão Temática de Biodiversidade. Segunda

1288 votação, nós vamos falar agora sobre, queria que vocês pusessem na tela, pode ser? Só pra gente  
1289 saber exatamente o dispositivo que a gente está falando, é o anexo da minuta, certo? Então é o anexo  
1290 da minuta que são os programas de gestão. Seria essa inserção, uma vez já aprovada aqui pelo  
1291 plenário, a alteração dos artigos 11, 12 e 13, agora nós vamos votar a inserção desse anexo. Então  
1292 eu vou pedir que se manifestem inicialmente, agora, nesse contexto já de aprovada essa nova regra,  
1293 aqueles contrários à inserção desse quadro com relação aos programas de pesquisa e monitoramento,  
1294 por favor se manifestem os contrários. Nenhum voto em contrário. Por favor registrem as  
1295 abstenções, por gentileza, manifestem aqueles que gostariam de se abster. Dessa forma, fica provado  
1296 aqui por unanimidade a inserção desse quadro por todos os conselheiros. Com isso, declaramos  
1297 então aprovado, o CONSEMA se manifesta por maioria de votos a favor, então, se manifesta  
1298 favorável à Minuta de Decreto que aprova o Plano de Manejo da APA Serra do Itapeti. Dito isso,  
1299 gostaria de passar então ao segundo item de pauta, rapidamente, que é a indicação do CONSEMA  
1300 de novo representante ou recondução da conselheira Fernanda da Rocha Brando Fernandez, no  
1301 Conselho de Curadores da Fundação para Conservação e Produção Florestal do estado de São Paulo,  
1302 a Fundação Florestal. Está conosco, queria antes de submeter à consulta, abrir aqui a palavra para  
1303 Fernanda Brando para se manifestar. Se tem interesse em ser reconduzida, aqui sendo indicada pelo  
1304 CONSEMA ou não, e na sequência, abrir para novos candidatos, caso haja. Por favor, professora  
1305 Fernanda Brando.

1306

1307 **02:22:54 Fernanda Brando:** Bom dia. Fui consultada a respeito dessa condução, por conta de um  
1308 mandato curto que teve anteriormente, e por estar iniciando os trabalhos junto à curadoria da  
1309 Fundação Florestal, gostaria de manifestar o meu interesse e apoio às ações dessa curadoria. Então,  
1310 coloco sim à disposição aqui a minha candidatura e o ensejo de continuar nisso. Obrigada.

1311

1312 **02:23:22 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, professora Fernanda Brando. Abro aqui a palavra  
1313 aos conselheiros que porventura quiserem se candidatar a compor o Conselho de Curadores da  
1314 Fundação Florestal. Caso não haja novas indicações, submeto à aprovação do conselheiro, por favor,  
1315 os favoráveis permaneçam como estão, então fica aprovada a indicação, a recondução do mandato  
1316 da conselheira Fernanda da Rocha Brando Fernandez para compor aqui o conselho de curadores.  
1317 Então vamos passar agora o terceiro item da pauta, que é a apresentação sobre o Sistema Estadual  
1318 de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, a Operação São Paulo Sem Fogo, ações e resultados  
1319 em 2023, hoje conosco representando a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, está  
1320 conosco o conselheiro João Thiago Mele, e também vai abrir a palavra para o Sérgio Murilo  
1321 D'Arruiz Santana, ele que é o técnico responsável pela Coordenadoria de Fiscalização e  
1322 Biodiversidade, por toda essa articulação e condução, já há muitos anos dessa operação. Por favor,  
1323 conselheiro João Tiago.

1324

1325 **02:24:36 João Thiago Mele:** Bom dia a todas, a todos. Eu gostaria de agradecer ao subsecretário  
1326 Jonatas por essa inserção desse tema que é complexo e extremamente importante. Nós temos  
1327 verificado inúmeras notícias de incêndios florestais no bioma amazônico, no Pantanal, recentemente  
1328 na Bahia, e São Paulo tem demonstrado que está realizando a lição de casa. Evidentemente que é  
1329 uma operação que não se restringe somente à Secretaria de Meio Ambiente, mas envolve a  
1330 Secretaria de Segurança Pública, pela Polícia Ambiental, o Corpo de Bombeiros, a Casa Militar com

1331 a Defesa Civil, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Saúde, e no âmbito interno, a Fundação  
1332 Florestal, Cetesb, DER. Então, sem dúvida, essa apresentação vem fazer uma síntese das ações e  
1333 resultados do plano anual de trabalho de 2023, mas perpassa também todo o envolvimento da  
1334 sociedade civil, das concessionárias nessa temática. E só para aproveitar, nós recebemos na data de  
1335 ontem uma nota técnica encaminhada pelo conselheiro Roberto Resende, o qual eu desde já  
1336 agradeço, elogio o trabalho, já acertamos aqui em âmbito interno, também com a Fundação  
1337 Florestal, de levar essa nota para o Comitê Executivo para uma análise mais detalhada, e  
1338 proporcionar uma resposta também formal a isso, mas acreditamos que vem, como muito salutar,  
1339 uma proposta de melhoria de incorporação de metodologias e dados que, sem dúvida, irá fortalecer  
1340 ainda mais esse sistema de monitoramento. A apresentação será realizada pelo especialista  
1341 ambiental Sérgio Murilo, que hoje é uma das maiores referências no âmbito da fiscalização a  
1342 respeito da temática de incêndios florestais, então, sem mais delonga, já vou passar a palavra  
1343 agradecendo ao Sérgio por essa apresentação.

1344

1345 **02:27:12 Sérgio Murilo:** Obrigado, João. Bom dia a todos e a todas. Cumprimentar o subsecretário  
1346 Jonatas, os demais componentes da mesa. Então, João já antecipou aqui um pouco do contexto, do  
1347 objetivo da apresentação de hoje. Então atuo na Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade,  
1348 que é o órgão designado aqui no âmbito da SEMIL, por secretariar o Sistema Estadual de Prevenção  
1349 e Combate aos Incêndios Florestais. Então, essa função de secretaria executiva é da CFB, por isso  
1350 que a gente está hoje aqui representando um pouco das instituições citadas pelo João, em que eu  
1351 vou falar um pouco mais à frente na minha fala. Então, só para contextualizar, eu acho que é  
1352 importante a gente lembrar que os incêndios florestais são extremamente danosos, tanto ao meio  
1353 ambiente quanto à saúde, diversas formas, ele tem diversos impactos negativos que afetam toda a  
1354 sociedade. E eles também, por conta disso, eles são categorizados como desastres, pelas normativas  
1355 federais que fazem o regramento desse tipo de evento, a gente tem uma portaria, que é a 260 de  
1356 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que é onde está também a Secretaria Nacional  
1357 de Defesa Civil, que trabalha nesse contexto, então, do incêndio florestal como um desastre. Então  
1358 acho que é importante fazer esse registro pela Classificação e Codificação Brasileira de Desastres,  
1359 COBRADE, também incêndio florestal é tratado nesse nível, o que exige uma série de ações, não  
1360 só do governo, mas de toda a sociedade, para o seu enfrentamento. Bom, então hoje eu vou  
1361 apresentar um pouco aqui do que é o Sistema Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios  
1362 Florestais, ele tem uma base legal na lei 10.547, de 2000, que posteriormente foi regulamentado  
1363 pelo Decreto Estadual 56.571, de 2010, que dá então a base legal para funcionamento desse sistema.  
1364 Então esse sistema ficou muito conhecido como Operação Corta-Fogo, anteriormente. Nesse ano,  
1365 ele ganhou uma nova denominação, uma nova roupagem, passou a ser denominado de Operação  
1366 São Paulo Sem Fogo. Então, a gente brinca até que é uma terceira geração do tema, já que antes da  
1367 Operação Corta-Fogo ainda se falava Operação Mata-Fogo. Então, acho que alguns aqui que são  
1368 mais experientes se recordam dessa nomenclatura, então a gente vem num ciclo de melhoria  
1369 contínua dos processos, enfim, de adaptação à situação dos incêndios. Então, o sistema pode ser  
1370 definido como conjunto de medidas, ações no âmbito da prevenção, no âmbito do monitoramento,  
1371 do controle e do combate aos incêndios florestais. O sistema ele prevê quatro subprogramas com  
1372 essas nomenclaturas, cada uma com as suas especificações, com a sua linha de atuação, redução do  
1373 risco, no caso da prevenção, o acompanhamento da situação dos incêndios, no caso do

1374 monitoramento, a parte de controle envolvendo bastante as autorizações para uso do fogo, que no  
1375 estado de São Paulo estão a cargo da Cetesb, e também a fiscalização, e a parte de combate que é a  
1376 resposta a esses eventos. Só para fazer um resgate aqui, a Operação São Paulo Sem Fogo é contínua,  
1377 ela funciona ao longo de todo o ano, e é dividida em três fases, então: a fase verde, que no começo  
1378 do ano ali, vai de janeiro a março; a fase amarela, entre abril e maio; e a fase vermelha, que é a mais  
1379 crítica, de junho a outubro. Então cada período do ano ele demanda ações específicas, seja de  
1380 planejamento, na fase verde, amarela, ou na fase vermelha ali, ações mais de prontidão e de pronta  
1381 resposta. Enfim, então esse é um contexto, embora ela tenha esse nome de operação que às vezes dá  
1382 a entender que ela é uma ação específica de um determinado período, mas não, a gente tem  
1383 trabalhado com essa vertente de funcionamento aí ao longo do ano. Bom, então, o sistema, a  
1384 Operação São Paulo Sem Fogo, conta com um Comitê Executivo, que é composto por, atualmente,  
1385 cinco secretarias, a Secretaria de Segurança Pública, Casa Militar, Defesa Civil, Secretaria de  
1386 Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Saúde e a SEMIL aqui, então, cinco secretarias e nove  
1387 órgãos aqui, esse foi o desenho atual do Comitê Executivo para esse ano de 2023. Então, isso sem  
1388 prejuízo de articulação e de envolvimento de outras pastas, de outros órgãos no âmbito da discussão.  
1389 E esse Comitê Executivo tem a finalidade de estabelecer um ambiente de articulação institucional  
1390 entre essas pastas e entre esses órgãos buscando sempre sinergia das ações e integração entre essas  
1391 instituições. Então hoje aqui estou representando, eu tenho essa missão difícil aqui de representar  
1392 todas essas instituições e falar um pouco do panorama das ações. Então, no âmbito da Operação São  
1393 Paulo Sem Fogo existe um instrumento de trabalho, que é denominado de Plano Anual de Trabalho,  
1394 ou PAC, como é conhecido, então ele estabelece uma série de ações prioritárias para cada ano, então,  
1395 para esse ano foram estabelecidas e discutidas no âmbito daquele Comitê, com as instituições que  
1396 eu citei, 13 ações prioritárias, e dentro dessas 13 ações elas se revertem em 26 metas. E aí, dentro  
1397 daquela linha dos programas que eu mencionei lá, de prevenção, monitoramento, controle e  
1398 combate, estão as ações vão muito nessa linha, e pensando no fortalecimento da governança, entre  
1399 as diferentes instituições, também na questão da redução dos riscos, fortalecimento da preparação  
1400 para se ter uma resposta mais efetiva, no caso de grandes eventos ou mesmo dos incêndios de  
1401 maneira geral, pensando também na mitigação dos danos. Então, esse instrumento nos serve para  
1402 balizar, para dar as diretrizes e referências no âmbito das discussões e ações do Comitê Executivo.  
1403 Então, já passando aqui para alguns destaques de ações que estão elencadas no Plano Anual de  
1404 Trabalho 2023, queria destacar aqui nesse primeiro momento as ações relacionadas à comunicação.  
1405 Então, nesse ano as ações foram conduzidas tanto aqui pela SEMIL, a assessoria de comunicação  
1406 da SEMIL, mas também as assessorias de comunicação das outras pastas, e também pela própria  
1407 Secretaria de Comunicação do Governo, então, nesse sentido de se buscar um alinhamento entre as  
1408 diversas estratégias de comunicação para que isso fosse um ganho para toda a sociedade, aumentar  
1409 o número de ações pensando na divulgação e na comunicação, tanto do risco, quanto de medidas  
1410 preventivas. Então, foram realizadas inúmeras ações nas mídias digitais, nas redes sociais. Parcerias  
1411 para a realização de campanhas, com o Metrô, CPTM aqui na região metropolitana, principalmente  
1412 alertando para a questão dos balões, que é um problema que está associado como uma causa de  
1413 incêndio florestal e tem muita incidência na soltura dos balões aqui na região metropolitana. Então,  
1414 por isso usar o transporte público como meio de divulgação de massa, é importante, mas também  
1415 nas rodovias estaduais ou em diversos locais para fixação de cartazes, ou seja, aqui tem uma série,  
1416 uma gama de ações com diferentes objetivos para diferentes públicos. Destacar também a questão

1417 dos vídeos que foram produzidos, a inserção na TV, inclusive, em horário nobre, o que foi um  
1418 avanço em relação aos outros anos. Para se atingir não é fácil você atingir uma mídia televisiva aqui  
1419 em horário nobre, então isso também foi um avanço da Operação São Paulo Sem Fogo nessa linha  
1420 de comunicação. Falando um pouco aqui agora da questão da preparação para se enfrentar os  
1421 incêndios. É uma linha de trabalho, a questão da formação e treinamento de brigadas. Então, nesse  
1422 ano de 2023 foram realizados 44 eventos de treinamento e formação de brigadistas. Esses eventos  
1423 foram conduzidos pelo Corpo de Bombeiros e pela Defesa Civil em oficinas regionais por todo o  
1424 estado de São Paulo, e também pela Fundação Florestal, no âmbito das Unidades de Conservação e  
1425 demais áreas protegidas onde tem ali uma parceria com a vizinhança, com uma rede de apoio que  
1426 também são convidados a participar de treinamentos específicos para esse público mais próximo  
1427 das Unidades de Conservação. Então foram quase 4 mil pessoas capacitadas ao longo de 2023,  
1428 inclusive contando com mais de 470 municípios de todo o estado, que são números bastante  
1429 expressivos. Falando um pouquinho no âmbito do programa de controle, das ações de fiscalização  
1430 preventiva e repressiva, então destacar um pouquinho o trabalho da Polícia Militar Ambiental, está  
1431 aqui representada hoje pelo major Júlio César, que compõe também o Comitê Executivo, a  
1432 instituição compõe o Comitê Executivo. E aí destacar algumas das ações desenvolvidas pela  
1433 instituição, como eu citei, acho que a importância das ações repressivas contra os balões, que são  
1434 vetores de incêndio por todo o estado, mas principalmente aqui na região metropolitana, São Paulo  
1435 e adjacências. A Operação Huracán também, que está no âmbito, também conectada com as ações  
1436 da Operação São Paulo Sem Fogo, que são ações de cunho orientativo e preventivo para reduzir o  
1437 risco de incêndio, principalmente nas áreas rurais. E aí, é claro, as ações de fiscalização contra o uso  
1438 irregular do fogo. Mais pra frente, tem alguns números que dão uma dimensão um pouco do que foi  
1439 o trabalho, especificamente nessa linha de fiscalização. É importante a gente citar que os municípios  
1440 têm uma participação muito importante nesse cenário de incêndios florestais, e dentro da Operação  
1441 São Paulo Sem Fogo eles são considerados órgãos locais do sistema estadual e com ações  
1442 específicas ali no enfrentamento dessa problemática. E os municípios, então, eles têm um  
1443 mecanismo de adesão a Operação São Paulo Sem Fogo já desde 2017, que a gente tem adotado esse  
1444 esse mecanismo, que é uma adesão voluntária para a gente, justamente, conectar as ações que são  
1445 desenvolvidas no âmbito local com as ações que são desenvolvidas no âmbito do estado. Então a  
1446 gente tem aqui números desse ano, que são 378 municípios aderentes, que representa 59% do total  
1447 do estado, isso representa também um aumento de 11% no número de municípios em relação a 2022,  
1448 então é um crescimento orgânico que vem se mantido ao longo desses anos. E alguns números que  
1449 dão uma dimensão dessa estrutura dos municípios, 83% desses municípios aderentes realizam ações  
1450 preventivas no âmbito dos seus territórios, então eles fazem também ações de comunicação, fazem,  
1451 e acho que cada município tem a sua dinâmica de trabalho, mas fazem também bastante divulgação  
1452 dos materiais que são produzidos aqui pela assessoria de comunicação da SEMIL, ou mesmo pela  
1453 Secretaria de Comunicação do Governo, e ajudam, então, a divulgar para as mídias locais e para o  
1454 cidadão, para os munícipes, então é uma vertente importante esse apoio dos municípios no âmbito  
1455 da redução do risco da prevenção. Eles também atuam na fiscalização de queimadas urbanas, e isso  
1456 vem muito decorrente do trabalho de parceria de muito tempo com o Programa Município  
1457 VerdeAzul. Então hoje essa adesão, ela conta como uma pontuação para o município, no Programa  
1458 Município VerdeAzul e essas proatividades que o município faz também são bastante desejadas e  
1459 estimuladas no âmbito dessa interlocução com o Programa Município VerdeAzul, que hoje está sob

1460 gestão da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e mantemos uma estreita parceria nesse  
1461 sentido. Falando um pouco aqui das ações em Unidades de Conservação e nas demais áreas  
1462 protegidas estaduais, acho que é um trabalho bastante amplo que está sendo desenvolvido pelas  
1463 Unidades de Conservação. Então eu queria destacar aqui alguns pontos. Conselheiro Rodrigo pode  
1464 complementar depois, posteriormente, Vladimir Arraes também está aqui, que é o coordenador geral  
1465 da Operação São Paulo Sem Fogo no âmbito da Fundação Florestal, também podem contribuir,  
1466 oportunamente. Mas eu queria destacar aqui alguns pontos. Existe um instrumento de trabalho no  
1467 âmbito das Unidades de Conservação da Fundação Florestal, que são os polos regionais, que são  
1468 agrupamentos de Unidades que se ajudam mutuamente, tanto na prevenção quanto na parte dos  
1469 treinamentos, quanto na parte da resposta aos incêndios. Então, esse é um instrumento desenvolvido  
1470 já desde 2020, recentemente tivemos aqui uma reorganização desses polos, uma publicação de uma  
1471 Resolução SEMIL bem recente agora, a 91 de 2023, reorganizou esse modelo, mas são sete polos  
1472 espalhados por todo o estado, que contemplam 81 Unidades. Está um pouco pequeno aqui, mas eu  
1473 acho que dá para ver um exemplo, um polo da região metropolitana que agrega algumas Unidades,  
1474 e tem sido um instrumento bastante produtivo no sentido de fortalecer o apoio mútuo entre essas  
1475 áreas. E aí só alguns resultados desse trabalho, no âmbito das Unidades. Esse ano de 2023 foram  
1476 1600 quilômetros de aceiros confeccionados no âmbito das Unidades, a maioria deles com recursos  
1477 próprios, com meios próprios, mas também com parcerias. Destacar também o trabalho já também  
1478 bastante amadurecido da contratação dos bombeiros civis para atuarem nas Unidades de  
1479 Conservação naquela pronta resposta ao incêndio, mas também no monitoramento das áreas para  
1480 evitar o início da deflagração do fogo, então acho que isso é um instrumento bem importante ao  
1481 fortalecimento das brigadas no âmbito dessas Unidades mediante o trabalho dos bombeiros civis  
1482 contratados temporariamente nesse período mais crítico ali, principalmente da fase vermelha da  
1483 Operação São Paulo Sem Fogo. Também o trabalho desenvolvido no âmbito de três Unidades de  
1484 Conservação, a Estação Ecológica de Jataí, Floresta Estadual Noroeste Paulista e a Estação  
1485 Ecológica de Santa Maria, que são os projetos pilotos de queima prescrita, que é o uso do fogo em  
1486 prol da redução do risco para grandes incêndios. Então, esse é um modelo adotado também pela  
1487 Fundação Florestal nesse sentido de minimizar a chance de grandes eventos de fogo. E também as  
1488 ações de Educação Ambiental, de palestras e treinamentos que alcançou mais de 4 mil pessoas ao  
1489 longo de 2023. Então essa é uma síntese só do trabalho, mas daria para a gente falar especificamente  
1490 das Unidades de Conservação aqui por mais tempo, então acho que aqui está só uma síntese, um  
1491 destaque aqui das ações. E aí falando um pouco dos valores investidos em 2023, trazer aqui o  
1492 registro de alguns valores investidos. Pela Secretaria de Agricultura foram investidos 3.5 milhões  
1493 na compra de motobombas, de kits para serem acoplados nas camionetes que já foram distribuídas  
1494 para os municípios conveniados no âmbito dos programas trabalhados pela pasta, então esse ano  
1495 teve um aporte também para melhorar o monitoramento mas há também a resposta aos incêndios  
1496 florestais. A agricultura tem feito um trabalho bastante importante nesse contato direto com os  
1497 produtores rurais, mas também com os municípios. Então, esse investimento vem nessa linha.  
1498 Destacar também, só reforçando um pouco o que eu já falei no slide anterior, que são os recursos  
1499 que é a Fundação Florestal empenhou para esse ano, esse recurso oriundo da Câmara de  
1500 Compensação Ambiental, acho que vale destacar isso, acho que é um trabalho já de de longo tempo,  
1501 que serviu como um bom, alavancou bastante as ações, tanto de prevenção quanto de resposta ao  
1502 fogo. A utilização do recurso dessa fonte, que é a Câmara de Compensação Ambiental. Um aporte

1503 também bastante significativo, que vem da Defesa Civil do estado, no fortalecimento das Defesas  
1504 Civis Municipais, por meio de estrutura logística, que são os veículos, e caminhonetes dotadas  
1505 também de equipamentos para atender os eventos de fogo. Então a Coordenadoria Estadual de  
1506 Proteção e Defesa civil investiu ali, 22 milhões nesse ano para compra de 100 veículos e também  
1507 250 itens para combate a incêndios, geradores, motosserras e todo o aparato ali para fortalecer as  
1508 brigadas municipais. Destacar aqui também o investimento do DER, que agora está aqui na pasta  
1509 da SEMIL, que também está participando bastante efetivamente conosco nas discussões no âmbito  
1510 do Comitê Executivo, mas destacar um valor de 59 milhões utilizados para fazer a conservação das  
1511 vias por todo o estado, que representa uma monta significativa e a gente sabe que as rodovias são  
1512 áreas de risco para incêndio, então acho que todo o cuidado com essas áreas é necessário e o  
1513 fortalecimento dessas ações vem muito na busca de mitigar os impactos e os eventos de incêndios.  
1514 Eu acho que só esses esses quatro itens aqui já somam aí 92 milhões investidos, o que é um valor  
1515 bastante significativo. Bom, falando um pouquinho do cenário da temporada de incêndios 2023, eu  
1516 trago aqui um indicador que é utilizado no âmbito da Operação São Paulo Sem Fogo para medir um  
1517 pouco da situação de cada ano, que são os focos de incêndio detectados por satélite. A gente usa  
1518 esse indicador como referência, a gente usa o satélite Aqua como referência, em alinhamento com  
1519 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que é referência nacional no monitoramento desse tipo  
1520 de evento. Então a gente usa ele para traçar um cenário histórico, cenário temporal, uma avaliação  
1521 temporal, e mesmo espacial de onde estão ocorrendo os incêndios e como a cada ano. Então aqui a  
1522 gente tem o ano de 2010 como referência, que foi o ano de organização do sistema, que o Decreto  
1523 56.571 é de 2010, então a gente traçou essa linha de corte para avaliar a situação. E aí, olhando então  
1524 para essa série histórica, a gente vê uma flutuação, alguns anos com um número maior de eventos.  
1525 Acho que o ano de 2020, 2021 foram anos bastante críticos para incêndios florestais aqui no estado  
1526 de São Paulo. Já 2022 e 2023 tivemos uma redução expressiva no número de focos de calor, então,  
1527 lógico, ele trata apenas uma parcela, ele retrata uma parcela de todo o problema dos incêndios, mas  
1528 ele não deixa de ser um indicador importante para avaliação como eu disse, temporal e espacial.  
1529 Então a gente vê que 2023, acho que vale esse registro, foi o segundo ano com o menor número de  
1530 focos desde 2010, e se a gente for olhar mais para trás ainda, o Inter estabelece uma série histórica  
1531 desde 1998, então a gente teve: 2022 foi o ano com menor número de focos, mas 2023 se manteve  
1532 ali bem parecido com o que foi o ano passado, então ele foi o segundo ano com o menor número de  
1533 registros desde 1998, que demonstra que cada ano tem a sua dinâmica e tudo mais, mas demonstra  
1534 uma redução bastante significativa quando a gente olha para os dois anos mais críticos aqui falando  
1535 um pouquinho do cenário mais recente que foram 20 e 21. Uma outra informação relevante que  
1536 também a gente acompanha, e também ajuda a traçar esse panorama do que é cada temporada, são  
1537 os incêndios específicos em Unidades de Conservação, sejam aqueles que ocorrem dentro das áreas  
1538 protegidas ou no entorno onde a Fundação Florestal faz também, atua, seja com combate ou também  
1539 naquilo que ela é reportada, por ela, que ela identifica, no âmbito da Zona de Amortecimento ou  
1540 mesmo das áreas lindeiras. Então aqui esse gráfico de cima traz o ano de 2022, e a informação aqui  
1541 mais abaixo o cenário atual de 2023. Então a gente vê uma elevação no número de ocorrências, de  
1542 eventos de incêndio florestal, ano passado 101. Aqui a gente está falando de dados de janeiro até  
1543 outubro. Então temos esse comparativo, tivemos mais ocorrências este ano, porém, quando a gente  
1544 olha para área afetada o número, a redução é bastante significativa, o que demonstra também a  
1545 pronta resposta, acho que a influência da pronta resposta e da atuação que a Fundação Florestal tem

1546 também, para além do seu território, não é só ficar esperando que o incêndio entre na Unidade de  
1547 Conservação para combater, acho que é quando ele ameaça a Unidade tem toda mobilização também  
1548 da Fundação para lidar com esse desastre. Então eu queria destacar aqui essa redução quando a gente  
1549 olha para área total, a gente tem uma redução de 86% na área atingida em hectares, caindo lá de  
1550 7.181 para mil hectares esse ano. Aqui, já caminhando para o final, acho que é uma outra informação  
1551 importante aqui também no âmbito da Operação São Paulo Sem Fogo, que são os autos de infração  
1552 ambiental lavrados pela Polícia Ambiental. Aqui os dados de 2023 dão um pouquinho da dimensão  
1553 do que é essa fiscalização. Então foram aplicados 327 autos de infração de janeiro a outubro  
1554 também, a gente usa o mês de outubro como linha de corte, justamente que marca ali o fim da fase  
1555 vermelha, então os dados estão consolidados nessa linha, de janeiro até outubro, quando tivemos  
1556 327 autos de infração por uso irregular do fogo, 104 autos de infração em decorrência de ações  
1557 ligadas à soltura, transporte, comércio de balões. Então aquele mapa da direita ali ele dá uma  
1558 dimensão um pouco de onde estão localizados esses autos de infração, sendo que aqueles que estão  
1559 em destaque vermelho são relacionados ao uso irregular do fogo, em amarelo, os balões. Então, só  
1560 para reforçar aquilo que eu disse também, que a região metropolitana de São Paulo sofre bastante  
1561 com essa incidência de balões. E aqui também temos o total de multas aplicadas, são 6 milhões e  
1562 300 para uso do fogo, e 5 milhões para balões. Então acho que esse é um pouco do panorama da  
1563 fiscalização. Bom, acho que era isso. Fiz uma síntese aqui, uma breve explicação das ações do  
1564 Sistema Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Certamente ficou de fora aqui  
1565 dados, referências e ações de outras pastas, então já peço aqui desculpas, acho que o tempo aqui é  
1566 curto para a gente falar, mas posteriormente esse documento vai ser trabalhado uma versão mais  
1567 completa, agregando mais dados, mais ações, vai estar disponível então no site de referência da  
1568 Operação São Paulo Sem Fogo, que está hospedado aqui na página da SEMIL. Posteriormente  
1569 também a gente pode compartilhar para os demais conselheiros, todos aqui terem ciência e  
1570 acompanharem as ações. Era isso. Agradeço, obrigado.

1571  
1572 **02:54:48 Anselmo Guimarães:** Obrigado, nosso amigo, Sérgio Murilo, novamente. Um  
1573 combatente, ano após ano. Muito obrigado por ter aceitado o convite e poder ter vindo aqui ao  
1574 CONSEMA, e vamos então abrir aqui aos debates e considerações. Eu vou anotando aqui, antes de  
1575 mais nada, já abrir aqui a palavra para o Rodrigo Levkovicz, enquanto eu vou anotando aqui.

1576  
1577 **02:55:11 Rodrigo Levkovicz:** Só agradecer a gentileza do Sérgio Murilo, na apresentação das  
1578 ações, fala que não só a Fundação, inclusive vários funcionários do antigo Instituto Florestal que  
1579 hoje fazem, acrescentaram a força, a gestão das Unidades, os auxiliares de serviços gerais, o pessoal  
1580 que faz acontecer mesmo. Então, passando a palavra, agradecer a equipe da ponta, porque aceiro,  
1581 trator, manutenção, e aqui o nosso grande coordenador, que é o cara que faz acontecer. Então  
1582 Vladimir, por favor.

1583  
1584 **02:55:44 Vladimir Arraes:** Obrigado, Rodrigo. Bom dia a todos. Eu queria só reforçar esse  
1585 agradecimento. A gente tem mostrado nos dados a efetividade do trabalho realizado nas Unidades,  
1586 a gente tem conseguido diminuir a cada ano o número de focos. A gente, esse ano, bateu um recorde  
1587 de 1600 quilômetros de aceiro. É muito acero, é muito trabalho feito. Sabe, tem que agradecer essa  
1588 força, dessa linha de frente dos funcionários do Instituto Florestal, que estão nas Unidades, que tem

1589 o conhecimento tecnológico e tem o conhecimento de campo para atuar. O aceiro é um instrumento  
1590 muito importante para a gente. O trabalho, também, o apoio da Polícia Militar Ambiental, com a  
1591 gente nas Unidades, nas ações de fiscalização, a gente sofre muito a questão de balão aqui na região  
1592 metropolitana, está aí o número de autos aplicados, mostra também a efetividade do trabalho da  
1593 polícia. E a gente tem feito esse trabalho de forma árdua, a contratação dos bombeiros civis é  
1594 essencial para essa primeira resposta, é um complemento das ações das Unidades de Conservação.  
1595 Então a presença de campo, quem trabalha com fogo sabe que a presença de campo é extremamente  
1596 importante. Esse primeiro combate que a gente tem estado presente nas Unidades 24 horas por dia  
1597 tem sido muito importante para a gente combater isso. A gente está indo além dos limites da Unidade  
1598 de Conservação apagando esses focos de incêndio para que eles não entrem dentro das nossas  
1599 Unidades. Lembrando que basicamente é 500 hectares de área queimada, é vegetação ladeira  
1600 basicamente exótica. A gente não teve nenhum grande foco de incêndio dentro das Unidades de  
1601 Conservação. A gente tem que conseguir chegar bem rápido nessas áreas, então eu queria aqui  
1602 agradecer também ao aporte da CCA para o nosso trabalho, para a continuidade desse trabalho que  
1603 a gente tem feito aí. E dizer, mais uma vez, o agradecimento a essa galera do Instituto Florestal, que  
1604 está presente nessas Unidades. A gente precisa muito deles, certo? Desconhecimento de campo  
1605 adquirido que a gente tem tentado passar para os funcionários também da Fundação Florestal para  
1606 essa resposta imediata. Obrigado, gente.

1607

1608 **02:58:04 Rodrigo Levkovicz:** A gente proibiu a aposentadoria desse pessoal, viu, secretário? E  
1609 agradecer ao Ministério Público, doutora Cláudia está aqui, estou vendo, pelo grande apoio, enfim,  
1610 para todo mundo, bombeiros, polícia, estamos todo mundo junto, CFB.

1611

1612 **02:58:17 Anselmo Guimarães:** Acho que pela ordem, já tem alguns inscritos. Eu queria já  
1613 começar, eu vou anotar aqui também, Nalon. Eu queria já chamar inicialmente doutora Cláudia  
1614 Habib, já tinha levantado a mão ali, já anotei aqui na sala a Cristina Murgel, Roberto Resende,  
1615 Fernando Prioste e Nalon. E então começo aqui, doutora Claudia Habib, por favor.

1616

1617 **02:58:42 Cláudia Maria Lico Habib Tofano (MP/SP):** Bom dia a todos, quero cumprimentar  
1618 todos os conselheiros. Prazer em revê-los. E parabenizar pela importância desse trabalho. Como foi  
1619 muito bem colocado, nós sentimos na pele as várias consequências do fogo descontrolado que vai  
1620 muito além de um dano a fauna, a flora, que já é muito séria e muito triste, mas aí com consequências  
1621 de toda a ordem, saúde pública, aumento de doenças respiratórias...

1622

1623 **02:59:14 Anselmo Guimarães:** Eu vou pedir para o pessoal da produção me dizer o que aconteceu.  
1624 Foi a rede da conselheira Cláudia? A gente ainda continua online, certo? Eu estou vendo aqui o  
1625 Paulo Nelson mexendo na cabeça aqui. Eu vou chamar aqui da sala, então, enquanto para gente não  
1626 perder a fala da doutora Cláudia, quando ela retornar, ela continua. Eu já vou chamar a Cristina  
1627 Murgel, que está aqui conosco, aqui, pela ordem.

1628

1629 **02:59:47 Cristina Murgel:** Bom, primeiro parabenizar ao Sérgio Murilo pela apresentação. E a  
1630 toda equipe do comitê do programa, a importância desse programa. E dizer que hoje, na data de  
1631 hoje, o secretário fez um evento lá no IAC, onde foram distribuídos 61 kits de combate a incêndio,

1632 já acoplados às caminhonetes do Programa Segurança no Campo. Esses kits são já instalados e está  
1633 previsto, a curto prazo, completar os 100 kits para disponibilizar. E que a gente também, na  
1634 Secretaria, tem trabalhado por meio da CAT, não só nas questões materiais, mas nas questões de  
1635 conscientização. Eu acho que hoje o setor produtivo, o agro, de São Paulo está muito consciente,  
1636 acho como falou a doutora Cláudia, só o risco ao meio ambiente já é uma perda enorme, mas também  
1637 a perda de produção, as dificuldades de tráfego nas estradas, tudo isso contabiliza com um custo  
1638 muito alto. Então, a maioria dos setores, acho que a totalidade sabe a importância desses programas  
1639 e tem nos oferecido parcerias nesse trabalho. Parabéns a todos.

1640

1641 **03:01:08 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Pela ordem, então, conselheiro Roberto Resende.

1642

1643 **03:01:15 Roberto Resende:** Bom, cumprimentar aqui o pessoal sobre o relato e principalmente  
1644 sobre o trabalho que estão fazendo há anos da operação especial de fogo, e pontuar que a ideia de  
1645 mandar a nota, sim, foi justamente para a gente aproveitar a oportunidade do CONSEMA estar  
1646 tratando desse assunto, e acho que é oportuno, a gente tem uma visão pelo lado, assim, operacional  
1647 da Iniciativa Verde, que a gente faz projetos de restauração cada vez mais vendo a importância desse  
1648 tipo de trabalho, de prevenção e controle de incêndio, e a gente queria falar a partir de algumas  
1649 regiões que a gente tem esse trabalho. A nota técnica, ela resume uma discussão, aliás, ilustra uma  
1650 discussão que está rolando há alguns meses lá na região do Mosaico do Jacupiranga, dentro do  
1651 Conselho das Unidades de Conservação, o esforço de vários atores lá para ter um plano regional,  
1652 um PPC regional, envolvendo as Unidades de Conservação de proteção integral, uso sustentável, as  
1653 empresas, as ONGs que atuam lá e as prefeituras. E dali que saiu essa discussão, que a gente traz  
1654 alguns pontos que queria pontuar aqui para o conselho, e também, do mesmo fato, lá no Vale do  
1655 Paraíba, a gente viu também uma demanda muito trazida na discussão lá dos atores, com a  
1656 restauração na região, a importância da prevenção e combate a incêndios para essa região também.  
1657 Alguns pontos, acho que a questão da regionalização, e os núcleos que são muito importante para  
1658 aumentar a capilaridade da operação do programa, mas ao nosso ver ela pode melhorar porque está  
1659 muito voltada para as Unidades de Conservação. O próprio termo, a gente fica em dúvida e gostaria  
1660 de perguntar para o pessoal da Secretaria, o conceito de Unidade de Conservação é área protegida,  
1661 que tem no Decreto do SIGAP, por exemplo, expande a área protegida para as que estão na Lei  
1662 Florestal, ou seja, as APPs e as reservas legais, as áreas tombadas. Então, assim, não é restrita à  
1663 Unidade de Conservação no nosso entendimento. Eu não sei se é o mesmo, então só que a  
1664 organização dos núcleos hoje está voltada às Unidades de Conservação Estaduais. Então, a estrutura  
1665 mesmo, da própria resolução 91, que saiu agora, está nessa linha. Então a gente pergunta assim,  
1666 como poderia ser viável expandir isso, que o mapa até apresentado lá, ele deixa muitas lacunas. A  
1667 gente fala que parece que a gente conhece mais (03:03:45) o Vale do Ribeira e o Vale do Paraíba, o  
1668 Vale do Ribeira, por exemplo, não estão em nem núcleo, apesar de ter 1/3 do território, pelo menos  
1669 a Unidade de Conservação de Proteção Integral, outro 1/3 a unidade de uso sustentável. Nessa  
1670 pequena avaliação que a gente fez lá, o perfil da área queimada na região, até por ter muito mais  
1671 vegetação nativa, é o dobro. Temos percentuais que a área queimada, na média do estado, então o  
1672 incêndio lá ocorre mais em área natural do que no resto do estado. É meio óbvio, mas assim, reforça  
1673 a importância de colocar a região. Aí vem um segundo ponto, que é na resolução 27, que falada dos  
1674 convênios, aquele mapa, o RIF, de Risco de Incêndio por Municípios, a gente também, talvez esteja

1675 um pouco defasado, o programa da priorização, quando o próprio... A resolução fala que nem faz  
1676 convênio com o município de baixo índice, que tem a nota abaixo de ponto 45, que talvez seja  
1677 restritivo demais e, principalmente, uma situação dinâmica. A gente está vendo incêndio no Vale  
1678 do Ribeira, em novembro, pelo menos dois focos a gente viu lá agora, recentemente. Então a  
1679 dinâmica por causa da mudança climática e vários outros motivos, está muito alterado. Então,  
1680 regiões que talvez não fossem de alto risco agora são, e as épocas do ano também. Apesar do número  
1681 geral ter baixado, a gente vê, a nossa percepção também é que tem muita variável, então fica mais  
1682 difícil, talvez a gente atualizar os mecanismos de planejamento considerando essa dinâmica espacial  
1683 e temporal estar mudando muito. E como é que a gente faz, então, para aumentar a capilarização, a  
1684 regionalização do programa, né? Indo além dos núcleos existentes. É uma questão, de modo geral,  
1685 que a gente queria falar sobre isso, como facilitar essas ações, além das Unidades de Conservação,  
1686 como envolver os outros espaços territorialmente protegidos, os outros atores. E por último, nessa  
1687 linha também, aí é uma sugestão para discutir, envolve uma legislação um pouco em outro nível,  
1688 que é a questão de regulação do trabalho temporário. No nível federal a gente tem o Prevfogo, que  
1689 tem as brigadas, já há alguns anos. São Paulo teve brigada esse ano, a primeira vez. Uma brigada  
1690 quilombola no Vale do Ribeira, e uma indígena lá em Havaí. Informações do Ibama. A gente acha  
1691 isso muito importante, tem que expandir essa experiência, e a gente, olhando um pouco a legislação  
1692 de Minas Gerais, a regulamentação do trabalho tem contratação temporária lá, não olhamos outros  
1693 estados, inclui, além de saúde e etc, o brigadista... O brigadista e a Defesa Civil. Então a gente  
1694 perguntaria porque não o estado de São Paulo prevê a possibilidade de contratação temporária. São  
1695 Paulo não pode fazer brigada, igual o Prevfogo, igual Minas faz, porque o mesmo regulamento de  
1696 contratação de trabalho temporário não abrange Defesa Civil e emergência ambiental. Então, é  
1697 lógico que o esforço da contratação de bombeiro civil nas Unidades de Conservação é muito bom,  
1698 mas a gente não tem um mecanismo tipo Prevfogo, ou o próprio Prevfogo, através de convênio, que  
1699 o estado de São Paulo possa executar, nos parece que é por causa da questão que a lei de contratação  
1700 temporária, que não abrange esse tipo de figura, e expandindo, além da questão do fogo, a própria  
1701 questão da Defesa Civil, que cada vez mais vai ser necessário a questão desse tipo de brigada, nos  
1702 parece. Então, a questão seria muito assim, a questão de como aumentar a regionalização, a revisão  
1703 daquele mapa do RIF, como é que a gente pode avaliar isso e considerar esses outros parâmetros  
1704 para que a gente possa ter uma atuação mais regional e mais capilarizada, além das Unidades de  
1705 Proteção Integral, como é que a gente faz para expandir esse trabalho bastante importante que está  
1706 acontecendo, e a sociedade civil, os municípios, os agentes privados, como é que a gente envolve  
1707 mais nesse processo. Obrigado.

1708

1709 **03:07:44 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Como conseguimos o  
1710 restabelecimento aqui da conselheira Cláudia Habib, queria já chamá-la para fazer o uso da palavra.  
1711 Na sequência a gente tem o Fernando Prioste, Nalon e Paulo Nelson. Por favor, conselheira Cláudia.

1712

1713 **03:08:02 Cláudia Maria Lico Habib Tofano:** Obrigada, desculpem, nós tivemos aqui uma queda  
1714 de energia, nem pelo celular eu consegui retornar, mas agora deu certo. Olha, então, novamente  
1715 parabenizando. Acho que nós conseguimos uma redução significativa, importante esse ano. Todos  
1716 sabemos das consequências dos desastres ambientais, que esse fogo descontrolado tem causado.  
1717 Esse trabalho é um trabalho que só dá certo, a gente aprendeu isso, se nós tivermos uma atuação

1718 integrada, envolvendo todos os atores aqui no Gaema, na bacia do pardo, nós começamos em  
1719 janeiro, fevereiro, ainda no período das águas. É um trabalho que envolve a Polícia Ambiental,  
1720 envolve o Corpo de Bombeiros, a Fundação Florestal, o DER, em função das rodovias, ARTESP,  
1721 concessionárias de rodovia, ferrovia, Defesa Civil estadual, municipal, os municípios, as Defesas  
1722 Civis municipais, como eu já disse, fazendo um trabalho de extrema importância, sindicatos rurais,  
1723 proprietários rurais, usinas de cana-de-açúcar, os assentamentos rurais, começando o trabalho  
1724 voltado à capacitação, formação de brigadas nos assentamentos. E percebemos, esse ano, que nós  
1725 tivemos focos de incêndios diariamente em toda a nossa região. Eu não sei se eu consigo aqui  
1726 compartilhar, mas eu vou mostrar para os senhores alguns dados de 2021. Esses dados são do Inpe,  
1727 do período de 1º de maio a 30 de setembro, dos anos de 2021, 2022 e 2023, os 29 municípios da  
1728 Bacia do Pardo que se inicia em Caconde, vai até frontal, região nossa, aqui, como todos sabem, é  
1729 uma região muito propensa a focos de incêndios em função do calor excessivo, a secura, a baixa  
1730 umidade. Então, em 2021, nós tivemos 4.480 focos nesse período. 1º de maio a 30 de setembro. Em  
1731 2022, houve uma redução para 417 focos. Em 2023, para 262 focos. Esse resultado, em função desse  
1732 trabalho integrado e baseado no tripé prevenção, a gente pode prevenir, a gente já sabe que isso é  
1733 possível. Nós conseguimos identificar perfeitamente os pontos recorrentes de incêndios e  
1734 chegarmos antes que ele ocorra e, caso a prevenção não seja possível, a detecção precoce e a pronta  
1735 resposta. Nós não tivemos aqui na nossa região o mesmo cenário de 2021, em função da pronta  
1736 resposta e da detecção precoce, se não nós teríamos, e desse trabalho de organização. Eu resalto  
1737 muito a importância de nós continuarmos firmemente nesse trabalho, essa temática está na nossa  
1738 agenda, principalmente em função dos efeitos das mudanças climáticas, a gente sabe. Eventos  
1739 extremos tendem a ser cada vez mais intensos e recorrentes. Reforço sobremaneira a importância, o  
1740 DER teve um envolvimento muito importante. Mas a importância da gente dar sequência nesse  
1741 trabalho de limpeza, manutenção dos aceiros de rodovias, sejam elas municipais, de  
1742 responsabilidade do DER ou de concessionárias, tem o inquérito civil na capital que eu faço parte,  
1743 que eu atuo nele, voltado especialmente ao DER e às concessionárias, ARTESP, para que seja  
1744 aumentada a faixa de limpeza e manutenção dos aceiros, que a gente já viu a estreita relação entre  
1745 os focos de incêndio e a área queimada, a extensão da área queimada, cujo fogo teve início nas  
1746 margens de rodovia, então esse trabalho é fundamental e que a gente mantenha esse monitoramento  
1747 diuturno no nosso período de estiagem, não tem outra forma. E o envolvimento, como eu disse, de  
1748 todos esses atores, porque senão a gente não consegue. O Ministério Público sozinho não consegue,  
1749 o DER sozinho não consegue, Fundação Florestal, é importante que a gente esteja nesse trabalho  
1750 firme e articulado. E, mais uma vez eu parableno, já acabei de fazer vários despachos aqui,  
1751 agendando reuniões para fevereiro, março, para que a gente retome esse trabalho, preparando já o  
1752 próximo período de estiagem de 2024. E doutor Rodrigo, agradeço também imensamente, como o  
1753 senhor colocou, a gente fez um trabalho muito importante aqui envolvendo a Jataí, envolvendo a  
1754 Santa Maria, a Vassununga, técnicas pioneiras no estado de São Paulo, como uso do fogo prescrito  
1755 com um resultado muito importante. E reforço a necessidade de nós nos mantermos unidos e  
1756 integrados nesse trabalho, única maneira da gente conseguir dar conta. Muito obrigado. Desculpe  
1757 pela interrupção.

1758

1759 **03:13:05 Anselmo Guimarães:** Imagina, muito obrigado, doutora Cláudia, pela participação. Então  
1760 pela ordem, como tínhamos anunciado, o conselheiro Fernando Prosti. Depois Nalon, ainda não  
1761 conselheiro.

1762

1763 **03:13:15 Fernando Prioste:** Parabéns pela apresentação, mas sobretudo pelos resultados do  
1764 trabalho. E eu tenho duas considerações, uma um pouco alinhada com o que o Roberto Resende  
1765 falou, como é que o SP Sem Fogo se relaciona com o Prevfogo do Ibama, se existe uma comunicação  
1766 no sentido das áreas, das localidades, de um diálogo interinstitucional, e a segunda questão  
1767 relacionada a esse ponto da brigada quilombola, que ocorreu lá no Vale do Ribeira, principalmente  
1768 em função da presença de um campo que essas pessoas têm, porque elas moram vivem e se  
1769 relacionam naquela região e sabem das coisas que acontecem por lá, então, acho que essa  
1770 experiência do Prevfogo, dessas brigadas, elas são interessantes. Talvez seja uma sugestão de avaliar  
1771 para o próprio programa, para nessa política de segmento e melhora dos resultados que já são ótimos.  
1772 E uma outra questão, eu vi ali nos autos de infração brevemente, que tem uma concentração naquela  
1773 região canavieira ali, Franca, Ribeirão Preto, aquela região, e pesquisando o julgamento nos  
1774 tribunais de justiça desses autos de infração, nos últimos três anos, varia entre 90 e 95% a quantidade  
1775 de autos de infração que são cancelados pelo poder judiciário, na questão do fogo, em função das  
1776 dificuldades de atribuição de nexos causalidade entre uma determinada ação humana e a origem do  
1777 fogo. Então, como vocês trabalham diretamente no combate ao fogo, às vezes têm condições de ter  
1778 acesso à informações, dados, conhecimento mesmo sobre a origem desse fogo, para que nos autos  
1779 de infração se possa estabelecer esse nexos de causalidade, que basicamente é dizer da onde esse  
1780 fogo se originou, porque sem atribuição do nexos de causalidade, os autos de infração eles são  
1781 lavrados, são autuados, o estado de São Paulo se defende numa ação judicial, perde. em vez de  
1782 auferir um recurso dessa multa, ele acaba tendo que pagar, na verdade, honorários  
1783 advocatícios, enfim, os emolumentos lá do processo. Então, se vocês têm alguma ação relacionada  
1784 a isso para auxiliar nesse processo de fiscalização, principalmente de atribuir esse nexos de  
1785 causalidade nesses incêndios na região Canavieira.

1786

1787 **03:15:23 Anselmo Guimarães:** Obrigado, anotado. Depois eles vão fazer os comentários também.  
1788 Está aqui o Júlio César, também, o major vai fazer os comentários. Antes disso, o Marco Nalon, por  
1789 favor.

1790

1791 **03:15:35 Marco Nalon:** É mais para dar os parabéns a todos envolvidos nesse trabalho. Eu sou do  
1792 tempo do mata fogo, no saudoso Instituto Florestal, que a Fundação herdou toda com CIA Flora as  
1793 Unidades, junto esse corpo técnico maravilhoso que agora pertence ao quadro do IPA, mas está  
1794 sempre lá em conjunto, nesse trabalho contínuo de proteção, era a história do pessoal. Amo aquela  
1795 a área, então trabalham afincos mesmo para protegê-la de toda forma. Os dados já mostram tudo, né?  
1796 Fica claro que a redução do número de focos não foi só uma causalidade de condições climáticas,  
1797 mas também de avanço na prevenção, no planejamento, fica claro. Eu acompanhei com o Vladimir,  
1798 que é o grande mestre mesmo, está sempre lá. Aquelas ações de queima controlada realmente é uma  
1799 coisa que todos poderiam experimentar acompanhar um dia o impacto que dá uma queima  
1800 controlada, principalmente perto de Unidade de Conservação, o efeito que se dá positivo lá na frente,  
1801 sem entrar também nas questões que a Giselda Doring falaria com mais propriedade, de queima nas

1802 áreas de Cerrado para renová-las e tudo mais. Acho que é importante isso, eu me lembrei que há um  
1803 tempo, não muito tempo atrás, quando os primeiros dados do Inpe de focos de incêndio foram  
1804 publicados, como eu sou um curioso do geoprocessamento, eu pegava a base de dados para cruzar,  
1805 olha onde pegou fogo em, pelo menos em termos de unidade e cobertura vegetal nativa, com  
1806 material de inventário. E aí você tinha os focos também que caíram no entorno, que provavelmente  
1807 foram nessas áreas, Prioste, de cana, de outros usos, e era interessante, que eu acabei não me  
1808 dedicando muito ao tema, mas no banco de dados do Inpe tem a hora e a data daquele fogo. Então,  
1809 dava para estabelecer algum nexos assim, olha, focos no entorno da Unidade de Conservação e  
1810 quando que, sei lá, nas próximas 24, 48 horas, surgiu um foco dentro da Unidade. O quanto que esse  
1811 trabalho de entorno é mais importante do que ficar realmente, às vezes, só trabalhando dentro da  
1812 Unidade, porque ele vai provavelmente pular lá pra frente. Só isso, dar parabéns para todos, tá bom?  
1813

1814 **03:18:12 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Nalon, pela participação. Aqui conosco online,  
1815 conselheiro Paulo Nelson do Rego.

1816

1817 **03:18:18 Paulo Nelson do Rego:** Bom dia a todos. Primeiro queria parabenizá-lo pelo excelente  
1818 trabalho, a bela apresentação. Realmente a gente vê a importância da sinergia de trabalhar junto, às  
1819 diversas secretarias, e é isso que a gente espera do estado, realmente que o estado se converse, que  
1820 as diversas secretarias possam realmente fazer um trabalho conjunto. E a minha fala vem justamente  
1821 nesse sentido, eu acho que esse trabalho tem que se estender aos municípios. Os municípios  
1822 precisam conversar com esse trabalho. E eu acho que deve ser feito um esforço de integrá-los os  
1823 diversos municípios para que eles possam estar contribuindo com esse trabalho de impedir os  
1824 incêndios. E eu gostaria de dar um foco principal para aqueles focos do da região metropolitana que  
1825 a gente viu, que são as questões dos balões. Eu acho que são ações criminosas que levam a um foco  
1826 significativo de ações que a gente viu no mapa, e que realmente precisam ser combatidas, né? Então,  
1827 na região metropolitana, precisam realmente a polícia trabalhar junto para que evitem, essa prática  
1828 perniciosa, que leva, inclusive, dentro da região metropolitana, com as Unidades poucas que já  
1829 existem, serem queimadas por ações criminosas. Então fica aqui o alerta, né? E acho que na medida  
1830 em que os municípios possam trabalhar, vão ajudar muito dentro da fala do do Fernando Prioste, e  
1831 melhorar a identificação dos agentes que levam a criação de identificar realmente quem são os  
1832 agentes e melhorar as ações e diminuir as perdas do estado nas diversas ações que são propostas.  
1833 Obrigado, parabéns a todos.

1834

1835 **03:20:44 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Subsecretário Jonatas.

1836

1837 **03:20:46 Jonatas Trindade:** Rapidamente, elogiar o trabalho da equipe, do Vladimir, Sérgio  
1838 Murilo, João e equipe, que está na ponta, principalmente, no combate ao incêndio, que é algo difícil,  
1839 muito difícil você combater incêndio. O trabalho preventivo que foi feito. A Isabel está ali, o Frigério  
1840 está de férias e está substituindo. A importância do trabalho de vocês, a relevância do resultado  
1841 alcançado, “a sorte” também que nós demos esse ano, que deu “sorte” associada também ao trabalho  
1842 que foi feito preventivo muito forte, mas a gente sabe que, eventualmente, incêndio florestal, ele  
1843 pode sair do controle. Então, nesse sentido a sorte, mas também a questão das ações preventivas  
1844 elas favorecem para que essa sorte indique ou dê um resultado como deu, um resultado tão positivo.

1845 E realmente falar que vocês estão de parabéns, a PM, todo mundo, todo o trabalho que foi feito, esse  
1846 resultado é o resultado de cada um de vocês e tenho certeza que vocês estão muito orgulhosos do  
1847 resultado e orgulho positivo no sentido de que o esforço valeu a pena, o empenho de cada um valeu  
1848 a pena. Então, eu mando um abraço para cada um de vocês, um abraço fraterno de reconhecimento  
1849 e de agradecimento, porque a natureza precisa muito de vocês e eu tenho certeza que o resultado  
1850 reflete o empenho de cada um. Obrigado.

1851  
1852 **03:22:32 Anselmo Guimarães:** Obrigado, senhor subsecretário. O major Júlio César vai fazer uso  
1853 da palavra, que eu acho que em esclarecimento também. Hoje está representando aqui a Secretaria  
1854 de Saúde Cristiane Tranquilini Rezende, representando o conselheiro Valentim. E aí, na sequência,  
1855 eu gostaria de passar e depois passar para o João Mele e para o Sérgio Murilo fazer os comentários  
1856 finais. Então, por essa ordem, conselheiro Júlio César.

1857  
1858 **03:23:00 Júlio César da Silva:** Obrigado pela oportunidade. Só dois comentários. Na verdade a  
1859 Polícia Ambiental é sempre vista como, Polícia Militar no geral, como um órgão repressivo, mas  
1860 esse é um exemplo que nós atuamos não só na repressão, mas também na prevenção. Exemplo, aí é  
1861 a Operação Huracán. E, apesar de ser um ato repressivo, ele é muito voltado à parte de prevenção a  
1862 incêndios, que é realmente o combate à atividade de baloeiros. A Polícia Ambiental tem investido  
1863 muito nessa questão de identificação de fábricas de balão. É uma ação repressiva, mas ele é  
1864 preventivo quanto ao incêndio. Nós não queremos pegar o balão no ar, nós não queremos pegar esse  
1865 balão sendo transportado, é antes. Hoje nós estamos realmente trabalhando na parte de fabricação,  
1866 de combate à fabricação desses balões, e é uma atividade que a inteligência policial tem atuado de  
1867 forma ferrenha. Não é fácil, são mais de 300 balões esse ano e cada um deles realmente é um trabalho  
1868 de atendimento policial, então temos trabalhado nesse sentido. Outra coisa, quanto ao nexos causal,  
1869 que foi falado. Identificamos, realmente, que há essa questão de questionamento no judiciário e a  
1870 Polícia Ambiental atendeu um chamamento da PGE e da própria CFB, e há hoje reuniões conjuntas  
1871 para diminuir isto aí. Na realidade, esses 90% que foi falado realmente está muito próximo disso,  
1872 são autos antigos, antes da portaria 81 de 2017, que já estabelece critérios para o estabelecimento  
1873 do nexos causal entre o fogo e a atividade empreendedora, basicamente atividade canavieira. Então,  
1874 de 17 para cá, muita coisa foi solucionada através de questionamentos, é feita uma pontuação e se  
1875 estabelece o nexos causal em razão dessa pontuação. Então verificar se tem aceiro, se tem brigada,  
1876 se tem um sistema de contribuição mútua, ou seja, o empreendedor adota medidas preventivas para  
1877 que evite realmente o fogo canavieiro. E essa resolução,, nós estamos trabalhando também na parte  
1878 de, lógico, a CFB tem encabeçado isso, junto com a PGE, mas de aperfeiçoá-la para utilizar  
1879 realmente a parte de culpabilidade. O judiciário tem entendido que o auto de infração ambiental é  
1880 sancionatório, então não apenas a responsabilidade objetiva, mas deve haver uma responsabilidade  
1881 subjetiva, então está também sendo aperfeiçoado isso para realmente mitigar esses problemas no  
1882 judiciário. Então são trabalhos que nós temos em algumas frentes que a Polícia Ambiental tem  
1883 participado.

1884  
1885 **03:26:03 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Major Júlio César, que é representante da polícia  
1886 ambiental. Obrigado pelos esclarecimentos. Cristiane Rezende, hoje representando a saúde, ex-  
1887 conselheira Cristiane Rezende, seja bem-vinda.

1888

1889 **03:26:20 Cristiane Rezende (Sec. da Saúde):** Bom dia a todos, estou representando o Sérgio  
1890 Valentim, da Secretaria Estadual da Saúde. Gostaria de parabenizar a apresentação e o Programa, e  
1891 agradecer também a inserção da Secretaria Estadual da Saúde que, a partir deste ano, integrou o  
1892 Comitê Técnico das discussões do programa para que a gente possa trabalhar de uma forma mais  
1893 integrada. Então, tenho que agradecer e reforçar essa parceria junto ao programa. Obrigada.

1894

1895 **03:26:56 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Antes de devolver a palavra para a CFB, só  
1896 chamar aqui a conselheira Cláudia Habib, ela levantou a mão justamente no momento que o Júlio  
1897 César estava falando sobre a questão das autuações, por favor, conselheira.

1898

1899 **03:27:10 Cláudia Habib:** Obrigada, agradeço. Em função do que foi colocado pelo conselheiro  
1900 Prioste e pela Polícia Ambiental, nós atuamos no Ministério Público diante de um fogo, de um  
1901 incêndio da seguinte maneira, primeiramente, poderia ter sido prevenido? Muitas vezes não é  
1902 possível, a gente sabe a intensidade de um fogo, mas não poderia ter sido prevenido, as medidas de  
1903 detecção precoce, de monitoramento, de pronta resposta foram adotadas? Caso não, há a  
1904 responsabilidade, sem dúvida. Direito ambiental, nós sabemos, ele é regido pelo princípio da  
1905 prevenção, o princípio da precaução. Temos a responsabilidade objetiva. E o outro olhar, diante de  
1906 um foco de incêndio, diante de um incêndio, é também em relação à reparação do dano que ela  
1907 existe de qualquer maneira, tenha sido ou não responsável por aquela área, o responsável, a  
1908 obrigação de reparar o dano é manifesta, evidente. Em relação ao nexos de causalidade, essas  
1909 questões são sempre tratadas, de medidas de prevenção, de detecção precoce. Se ações foram feitas  
1910 que poderiam ter obstado ou não, tivemos diversas reuniões com a Polícia Ambiental, com o  
1911 Coronel Martins. A operação Huracán veio muito nesse sentido porque, primeiramente, ela é feita  
1912 em duas etapas: a primeira etapa as pessoas são ali notificadas, é feito o termo de vistoria, as pessoas  
1913 são comunicadas, olha, é preciso melhorar esse aceiro, é preciso adotar tal medida; na segunda etapa  
1914 é verificado se aquilo foi feito, e caso não tenha sido feito e tenha ocorrido um incêndio, aquelas  
1915 pessoas são responsabilizadas. Só para colocar na linha do que o conselheiro Prioste levantou, e  
1916 também em relação ao que a polícia colocou. Mas é uma questão muito séria, o nexos de causalidade  
1917 precisa ser rigorosamente verificado, sob pena da gente ter consequências injustas, impunidade.  
1918 Obrigada, pessoal.

1919

1920 **03:29:18 Anselmo Guimarães:** Obrigado. O conselheiro Daniel também pediu a palavra. Você já  
1921 quer falar? Vou deixar para vocês fazerem o fechamento, tudo bem? Por favor, conselheiro.

1922

1923 **03:29:31 Daniel Smolentzov:** Obrigado, Anselmo. Só para complementar a fala do Major Júlio e  
1924 da doutora Cláudia, principalmente para quem não é da área jurídica e está acompanhando a nossa  
1925 reunião. Parece até que há uma contradição, mas não é, né? Então, diante de um fato lesivo ao meio  
1926 ambiente nós temos três campos de responsabilidade, então nós temos a responsabilidade penal, nós  
1927 temos a responsabilidade administrativa e nós temos a responsabilidade civil. Então cada campo  
1928 desse tem os seus requisitos e tem também as suas consequências. Na responsabilidade penal nós  
1929 temos uma responsabilidade subjetiva, sempre foi subjetiva, ou seja, nós temos que, além de  
1930 comprovar a conduta, o próprio dano, o nexos de causalidade, que é a relação de causa e efeito entre

1931 a conduta e o resultado, nós temos que também comprovar a intenção do agente. Se aquela conduta  
1932 foi dolosa ou se foi culposa, isso sempre foi assim. Na responsabilidade civil, ao contrário, sempre  
1933 foi objetiva e continua sendo objetiva na esfera ambiental, nós estamos falando. Então nós temos  
1934 que comprovar a conduta, nós temos que comprovar o resultado, o dano, nós temos que comprovar  
1935 o nexo de causalidade que essa relação entre de causa e efeito, entre conduto e resultado, e só não  
1936 há necessidade de comprovar a intenção do agente, o elemento subjetivo. E na terceira esfera de  
1937 responsabilização, que é administrativa, aí sim houve uma evolução da jurisprudência, acho que  
1938 isso que foi colocado aqui pelo Major Júlio. Então nós trabalhávamos com uma responsabilidade  
1939 que era objetiva e por isso nós tínhamos tanta preocupação com o nexo de causalidade, porque era  
1940 o único elemento que nós tínhamos algum campo de trabalho de atuação, daí veio a portaria da CFB  
1941 e etc., então, era uma forma que o estado tinha de garantir uma responsabilização dentro da  
1942 responsabilidade objetiva, trazendo elementos para o nexo de causalidade. Mas a jurisprudência,  
1943 principalmente dos tribunais superiores, evoluiu e hoje se entende que a responsabilidade  
1944 administrativa ela mais se aproxima da penal do que da civil. Então, nós estamos num campo de  
1945 responsabilidade subjetiva. E aí elementos que nós trabalhávamos dentro do nexo de causalidade,  
1946 hoje nós trabalhamos dentro da intenção do agente, da culpa, do dolo, dentro do elemento subjetivo  
1947 do tipo, então é esse trabalho que nós estamos fazendo atualmente em conjunto aqui a Polícia Militar  
1948 Ambiental, com a Procuradoria Geral do Estado, com a Coordenadoria de Fiscalização e  
1949 Biodiversidade aqui da pasta, enfim, todos os agentes aqui do estado envolvidos, para nós  
1950 trabalharmos à luz da nova jurisprudência, considerando a responsabilidade administrativa como  
1951 subjetiva, trabalharmos esses elementos no local mais adequado, então não trabalharmos mais  
1952 dentro do nexo de causalidade, trabalharmos dentro do elemento subjetivo. Só para deixar esse  
1953 esclarecimento aqui registrado, até depois, para quem, como eu disse, quem está acompanhando a  
1954 reunião, depois vai assistir isso futuramente, para não ficar uma informação que às vezes é de difícil  
1955 compreensão. Obrigado até pela paciência de todos pela extensão da minha fala.

1956

1957 **03:33:31 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. E aqui, para encerrar, fazer um comentário,  
1958 Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, João Thiago Mele, e o Sérgio Murilo, fiquem à  
1959 vontade.

1960

1961 **03:33:40 João Thiago Mele:** Foi possível demonstrar aqui a complexidade do tema, né? Tanto no  
1962 aspecto preventivo quanto repressivo, valores de multas altíssimas. A gente vem aprendendo ao  
1963 longo do tempo metodologias muito objetivas para essa caracterização, em especial com o trabalho  
1964 do 4º e do 2º Batalhão, que vivenciam essa realidade de uma forma muito expressiva, mas é um  
1965 trabalho contínuo. Eu acho que essas colocações que foram trazidas aqui pelo setor ambientalista,  
1966 pelo Ministério Público, pelos demais conselheiros, só vem acrescentar essa rede de ampliação no  
1967 combate aos incêndios florestais que têm, Roberto, um caráter mais amplo, não se restringe  
1968 especificamente às Unidades de Conservação, abrange todo o estado de São Paulo, na caracterização  
1969 de áreas protegidas, seja pelo Bioma Mata Atlântica, Cerrado, quantas áreas de preservação  
1970 permanente, mas é um trabalho que cada vez mais demanda essas parcerias em prol do sucesso da  
1971 operação. Queria agradecer ao Sérgio Murilo também, abrir para os esclarecimentos finais, pela  
1972 excelente apresentação e nos colocarmos aqui à disposição para qualquer dúvida, qualquer  
1973 necessidade juntamente com os demais parceiros que compõem a operação. Obrigado.

1974

1975 **03:35:24 Sérgio Murilo:** Obrigado, João. Vou tentar aqui responder algumas dúvidas. Não sei se  
1976 eu anotei todas, mas a gente fica aberto também aqui posteriormente para dialogar. Acho que só em  
1977 relação ao Ministério Público, acho que é reconhecer de fato o trabalho desenvolvido pelo  
1978 Ministério Público, em diferentes regiões do estado, que tenha auxiliado bastante nessa frente e  
1979 então esse apoio é bastante importante, no âmbito também da gestão dos incêndios. Também a  
1980 Cristina Rezende, da Saúde, acho que é importante essa interlocução com a Saúde traz, ela comentou  
1981 que esse ano a Secretaria de Saúde passou a trabalhar junto conosco no Comitê, justamente para  
1982 trazer esse viés, esse olhar da atenção à saúde da população, enfim, então reforçar também a  
1983 importância desse novo olhar, que até então a gente estava um pouco apartado que agora a gente  
1984 entende que é uma evolução também no diálogo. Em relação à articulação com o Ibama, a gente  
1985 tem um diálogo com o Ibama também aqui em São Paulo, que atua nessa frente, mas também com  
1986 ICMBio, de aprender um pouco também do que esses órgãos fazem no âmbito da sua atuação. Então  
1987 a gente tem um diálogo frequente, apesar deles não estarem conosco frequentemente nas reuniões  
1988 do Comitê, mas a gente tem esse diálogo, e essa questão das brigadas é importante, porque a gente  
1989 já teve contato com o Ibama, que justamente em outras ocasiões eles queriam trazer essas brigadas  
1990 para o estado, então, isso foi um avanço, então acho que serve de referência de base, então acho que  
1991 é legal nas próximas conversas que a gente tiver com o Ibama trazer também essas referências, o  
1992 que isso gerou de positivo e o que pode servir de aprendizado aqui para a operação São Paulo Sem  
1993 Fogo. E aí, em relação ao instrumento da resolução 27, de 2022, que o Roberto colocou, esse foi um  
1994 primeiro instrumento de mapeamento dos municípios quanto ao risco. Então a ideia dele era ter essa  
1995 primeira versão justamente para a gente entender um pouquinho do cenário, mas ele de fato carece  
1996 de atualização. Então acho que já está no radar também do Comitê atualizar ele, com caráter mais  
1997 frequente até, anual e tudo mais, incorporar outras variáveis para tornar ele um instrumento mais,  
1998 de fato, mais redondinho, para uso e que possa subsidiar as ações regionais, mais no contexto mais  
1999 geral também da operação. Da fala do conselheiro Paulo Nelson, que ele retratou a questão dos  
2000 municípios, de fato, os municípios têm uma importância bem significativa e a gente vê que ao longo  
2001 dos anos, como eu citei na minha fala aqui, os municípios têm tido um... a gente tem tido um bom  
2002 aporte, tanto pelo estado, de ações de estímulo, de fomento, aporte de recursos e capacitação, mas  
2003 também a gente vê muito da evolução dos municípios ao longo desses anos que a gente tem mapeado  
2004 nas diversas interlocuções que temos no âmbito do Município VerdeAzul e outras frentes. Então,  
2005 acho que esses foram alguns pontos que eu anotei. Agradeço aqui novamente, fico à disposição,  
2006 obrigado.

2007

2008 **03:35:24 Jonas Trindade:** Obrigado, Sérgio Murilo. Pessoal, pelo avançado hora podemos  
2009 postergar a pauta do Programa de Ação Integrada pelos Manguezais para a próxima reunião e  
2010 finalizar a reunião de hoje? Então agradecer a presença de cada um aqui, a participação de cada um.  
2011 Acho que a reunião hoje foi muito rica, e esperando vocês no dia 13 de dezembro. Até mais, boa  
2012 tarde, pessoal.